

FEV
200
PRETO

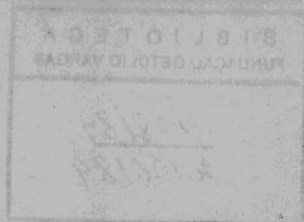
"PEGUE O SEU PAPEL E CALE A BOCA" -

Da emergência da prática da
Orientação Vocacional

Margarida Ferreira da Silva

"PEGUE O SEU PAPEL E CALE A BOCA" -
Da emergência da prática da
Orientação Vocacional

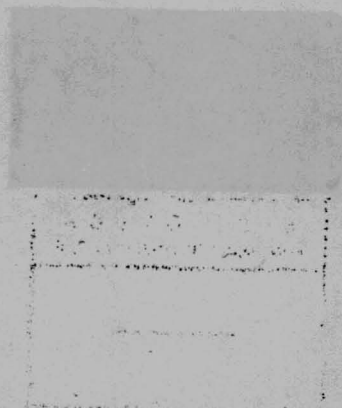
Orientadora: Maria Lucia do Eirado



Dissertação submetida como requi-
sito parcial para a obtenção do
grau de mestre em Educação.

Rio de Janeiro
Fundação Getúlio Vargas
Instituto de Estudos Avançados em Educação
Departamento de Psicologia da Educação

1989



A Regina e a meus amigos
que me bastam porque não
me enchem, mas me
transbordam.

"... e tece a tese o meu tesão."
"Ah! bruta flor do querer
Ah! bruta flor, bruta flor..."

SUMÁRIO

	Pg.
CAPÍTULO I	
Delineando o traçado do campo de problematização.....	1
CAPÍTULO II	
Apontando alguns elementos que se edificaram na história traçando uma nova prática	19
CAPÍTULO III	
A entrada em cena da adolescência	36
CAPÍTULO IV	
Do governo da família	53
CAPÍTULO V	
Um novo dispositivo: ouça um bom conselho!... ..	80
CONCLUSÃO	103
BIBLIOGRAFIA	104

RESUMO

Objetiva a análise histórico-genealógica da prática de Orientação Vocacional, visando apontar as condições de possibilidade da entrada em cena desta prática. No funcionamento de "focos locais de poder-saber", a fertilização de configurações caleidoscópicas; o acionamento de técnicas e procedimentos, tendo como alvo o corpo humano. A genealogia articula corpo e história.

Inicia pelo delinear o traçado do campo de problematização que serve a essa prática.

No encaminhamento genealógico do problema, com a implicação de reintroduzi-lo no devir histórico, segue indicando alguns elementos que se edificaram na história, projetando uma nova prática.

A forma "adolescente" se coloca como problema nodal tomando-se como regra metodológica que relações de poder a instituíram como objeto possível no campo do saber. Na afirmação da perspectiva genealógica "agita-se o que se percebia imóvel" - como um objeto natural que possuísse "em-si" uma "função essencial" pré-estabelecida, que então demanda revelar-se.

Nos dois últimos capítulos prossegue o riscar em pontilhado do esboço dessa figura histórica que se a - nunciaria com os sinais de sua emergência em algum ponto da trajetória da relação credor-devedor. Uma outra relação se fabricaria no Brasil Império, sendo investida a família como "espaço de manobra" ou campo de intervenção.

Destitui-se, nesta linha metodológica, um ponto de origem num projeto de evolução tecnológica do saber na forma de uma construção lógica.

É proposta a prática de uma "analítica do vocacional": o trabalhar no domínio específico formado pelas relações de poder, buscando determinar os instrumentos que permitem analisá-lo.

RÉSUMÉ

Cette dissertation objective: l'analyse historico-généalogique de la pratique de l'Orientation vocationnelle visant à indiquer les conditions de possibilité de l'entrée en scène de cette pratique; dans le fonctionnement des "foyers locaux de pouvoir-savoir", la fertilisation de configurations kaléidoscopiques; l'actionnement de techniques et de procédés, ayant pour cible le corps humain. La généalogie articule corps et histoire.

Cette étude commence en délinéant la tracé du champ de problématisation que sert à cette pratique.

Dans l'acheminement généalogique du problème avec l'implication de le réintroduire dans le devenir historique, on suit en indiquant quelques éléments que si sont édifiés dans l'histoire et qui projettent une nouvelle pratique.

La forme "adolescent" s'y place comme un problème nodal et on y prend, comme règle méthodologique, que des relations de pouvoir l'ont instituée comme un objet possible dans le champ du savoir. Dans l'affirmation de la perspective généalogique, "s'agite ce qui s'apercevait immobile" - comme un objet naturel que posséderait "en-soi" une "fonction essentielle" préétablie qui demande alors à se révéler.

Dans les deux derniers chapitres se poursuit le patron en pointillage de l'ébauche de cette figure historique qui s'annoncerait avec les signes de son émergence en un point quelconque de la trajectoire de la relation créancier-débiteur.

Une autre relation se serait fabriquée dans le Brésil Empire, investie, la famille a été placée comme un "espace de manoeuvre" ou champ d'intervention.

Dans cette ligne méthodologique a été destitué un point d'origine en un projet d'évolution technologique du savoir, sous la forme d'une construction logique.

Une pratique d'une "analytique" du vocationnel y est proposée: travailler dans le domaine spécifique formé par les relations de pouvoir, en cherchant à déterminer les instruments qui permettent de l'analyser.

CAPÍTULO I

DELINEANDO O TRAÇADO DO CAMPO DE PROBLEMATIZAÇÃO

"... a história como aquilo que vale a pena contar e cujo enigma está na positividade aleatória de seus encadeamentos".

Jacques Donzelot

Caminhando nesta dissertação, na perspectiva histórica de um enfrentamento a problemas que se colocam na atualidade, penso inicialmente, no âmbito do tema proposto, delinear o traçado do campo de problematização que serve à prática da Orientação Vocacional enquanto foco temático e de intervenção.

Os alunos - clientes dessa prática - são aqueles que em um determinado momento do processo educativo se percebem impotentes para dar continuidade a uma trajetória. Que trajetória será essa que se pergunta de um projeto de ser, dado que o cliente de orientação vocacional se sente, do meu ponto de vista, desqualificado - um não ser potente para imprimir essa trajetória? Como se houvesse um projeto de ser, traçado, um ponto ou lugar a se chegar? Como se os desejos pudessem em algum momento ficar à deriva? Ou, se o desejo é pensado enquanto investimento, direção, atualização, positividade, então a posição do cliente seria a de a prisionamento na inércia produtiva da dúvida? Pois só se tem um projeto, é que em algum momento o indivíduo pode se deslocar do rumo traçado e se sentir paralisado, enredado com o não saber escolher. Decorrem daí, expectativas e conflitos ligados a inquietações, tais como: qual será a esco-

lha certa e definitiva, como se sentir realizado, como ser alguém, o que eu posso e o que eu não posso, o que eu devo e o que eu não devo, etc. Então, essas questões se colam a um tipo de devir articulado a um ideal de ser modelar, logo um devir cópia, onde uma norma se inscreve prescrevendo um dever ser?

A questão - objeto da prática da Orientação Vocacional -, ou seja, "o não saber escolher", é tomada tanto pela modalidade estatística quanto pela modalidade clínica, como um objeto preexistente às suas práticas, como um alvo, cuja pontaria se faz mais certa quanto maior for a competência técnica de suas armas, que então se diferenciam pelo tipo de calibre ideológico. Assim, a ideologia explicaria a precisão.

Decorre daí a demarcação de duas estratégias, cujos campos de reflexão e ação são assim dimensionados:

- A estratégia estatística importa investigar "quantas referências tem e o que escolhe". Com este propósito, o técnico-orientador opera uma tática, tendo como munição toda a tecnologia do exame psicotécnico que o torna competente para avaliar e apontar os bem-dotados e por exclusão os não dotados, enquanto pretendentes a uma dada prática profissional. Seu campo de reflexão se delimita pela investigação de aptidões, interesses e de tipos de personalidade que, se adequadamente analisados segundo os pressupostos científicos estabelecidos, fornecerão material para um diagnóstico preciso, com vistas à indicação do sujeito-orientando no lugar que lhe é devido na ordem institucional es

colar e/ou na de produção. Garantido o êxito pessoal, ficam assim assegurados a estabilidade e o progresso da ordem social, por fazer-se cumprir o princípio tayloriano ditado pela fórmula "the right man for the right place" e o princípio da neutralidade do saber científico, guia de uma atuação técnica com potência de verdade. A verdade aí se apresenta na forma de um oráculo, sendo sua expressão realizada com a cerimônia da devolução dos resultados. Logo, da produção dessa verdade só Deus sabe. E diz um dito popular: - "ajoelhou, tem que rezar".

- À estratégia clínica importa investigar "quem é e como escolhe". A tecnologia aqui privilegia a entrevista e o grupo psicológicos em detrimento dos testes. Essa perspectiva que surgiu num combate à modalidade estatística liberou as temáticas da liberdade, da autonomia e maturidade da escolha e da conquista de uma identidade profissional, buscando um posicionamento revolucionário frente ao proceder totalitário da prática estatística. Nesse sentido, o técnico-orientador não reforça o silêncio da voz do orientando, mas tem na sua fala, expressão dos conflitos que experimenta neste "momento crítico de mudança - acesso ao mundo adulto em termos ocupacionais -" a condição para o estabelecimento de uma "relação de ajuda", com vistas a uma "decisão pessoal responsável".

Penso que a forma clínica detonada por Rodolfo Bohoslavsky teve e ainda tem uma importância política en quanto provocadora de questionamentos sufocados pelo proceder da forma estatística, denunciando-a inclusive como uma

prática política de dominação.

Será necessário, no entanto, avançar no entendimento das questões com um estudo mais rigoroso de seus fundamentos, para identificar como e onde se articulam as noções de liberdade, autonomia e responsabilidade, que me parecem estar ligadas à constituição do sujeito jurídico. E, saber, até que ponto esse modo de subjetivação é mais uma das armadilhas das forças dominantes para novamente aprisionar as forças sujeitadas em uma de suas ficções. Não será também, mais uma vez, a prescrição de um dever ser que se instala quando se inscreve: a falta, via noção de escolha articulada a "ânsia de se completar" função do luto pela adolescência; o não, via noção do não saber escolher; o ser adolescente enquanto objeto naturalizado e não produção histórica; como uma palavra de ordem, contida na noção de identidade, no caso identidade ocupacional ou profissional? Não é uma forma de tutela a relação estabelecida com o propósito de ajuda?

Enfim, temos muitos problemas a enfrentar quando afirmamos uma prática, não enquanto burocratas do saber, mas com a exigência do entendimento daquilo que fertiliza e faz funcionar nosso campo de intervenção.

Da minha atuação profissional em Orientação Vocacional decorreu apreender este campo de intervenção com a configuração de uma rede, cuja trama engendra sentido para todos aqueles que nela circulam.

Quando designo rede, vem junto um emaranhado de questões - fios que se entrelaçam - que pretendo com esta

pesquisa perseguir para entender sua trama. Tais como: Que conjunto de agências e de agentes compõe esta rede, organizada para prestar um serviço especializado: orientar vocações? A prática da Orientação Vocacional pode ser pensada como um dispositivo-rede? Para que serve este dispositivo, qual a sua utilização? Qual o tamanho das malhas dessa rede? É possível desvencilhar-se dela, ou todos se deixam de alguma forma apanhar ou envolver nela?

Conta-nos Raul Pompéia em O Ateneu , que:

"... a teia da disciplina tinha malhas de maior largura."¹

Se sim, como viabilizar uma linha de fuga?

Será pertinente pensar este dispositivo como um dos operadores que faz funcionar o que M. Foucault denomina "rede institucional de sequestro"² - conjunto de instituições onde "nossa existência se encontra aprisionada", tendo esta rede como finalidade primeira, "fixar os indivíduos em um aparelho de normalização dos homens"?

Além da instituição escolar, Foucault inclui nesta rede o aparelho de produção, que deve ser tomado para uma reflexão considerando que entendo a prática da Orientação Vocacional enquanto uma intervenção com vistas à articulação do homem, constituído em força de trabalho, no modo de produção vigente, via assunção de uma atividade produtiva. Penso, de início, que qualquer entendimento do que seja uma atividade produtiva se referencia no modo de produção que se tenha em vista.

No modo de produção capitalista, desenvolver uma atividade produtiva significa ser produtor de mercadoria,

sem no entanto necessariamente compactuar com o pensamento burguês de que a própria mercadoria - produto de trabalho - tem uma qualidade material de valor nela mesma, pois é o trabalho humano que cria valor.

A este respeito, vale uma fala de M. Foucault no seu livro As palavras e as coisas, servindo-me aqui como exemplo da mecânica e índice de valor na ótica capitalista:

"O metal precioso era, por si, a medida da riqueza; seu resplendor oculto indicava, ao mesmo tempo, que era presença oculta e marca visível de todas as riquezas do mundo. Por esta razão, tem um preço; por esta razão também mede todos os preços; e, por último, por esta razão, pode-se trocá-lo por qualquer coisa que tenha um preço. Era o precioso por excelência."³

Anterior à questão do que seja atividade produtiva, penso como fundamental se interrogar a questão trabalho. Do ponto de vista de Marx, trabalho é criador de valor-de-uso, uma necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e portanto de manter a vida humana. Seria o trabalho alguma coisa que constitui o humano e lhe atribui dignidade?

Sei que em sociedades indígenas, chamadas da ótica do civilizado, de primitivas, "... , sociedades essencialmente igualitárias, os homens são senhores de sua atividade, senhores da circulação dos produtos desta atividade: e les só agem em proveito próprio, mesmo se a lei de troca dos bens mediatiza a relação direta do homem com seu produto". E, conclui Pierre Clastres, que só podemos falar em trabalho,

"... quando em vez de produzir apenas para si mesmo, o homem primitivo produz também para os outros, sem troca e sem reciprocidade. ... quando a regra igualitária de troca deixa de constituir o "código civil" da sociedade, ... é substituída pelo terror da dívida.

[No primeiro momento produz-se para viver, mas quando se estabelece a relação de trabalho, uns produzem para fazer com que os outros vivam:] Os que não trabalham, os senhores, dizem [para aquele que produz]: - cumpre que tu pagues o que nos deves, impõe-se que tu eternamente saldes a dívida que conosco contraíste."4

Afinal então, uma força de trabalho parece significar uma força despotencializada, no momento em que se colocou à venda no mercado. Foi no que deu uma mercadoria dotada de vontade, vontade de não mais produzir sua vida, alienando sua força!

O posicionamento de M. Foucault neste debate, é contrário à tese de que a essência concreta do homem é o trabalho. Ele nos aponta, tomando como referência o sistema capitalista tal como foi instaurado no século XIX, que foi preciso

"... que ao nível mesmo da existência do homem, uma trama de poder político microscópico, capilar, se tenha estabelecido, fixando os homens ao aparelho de produção, fazendo deles agentes de produção, trabalhadores. [E, que esse conjunto de pequenos poderes], ... ao se estabelecer, ao passar a funcionar, provocou o nascimento de uma série de saberes - saber do indivíduo, da normalização, saber corretivo - que se multiplicaram nestas instituições de subpoder fazendo surgir as chamadas ciências do homem e o homem como objeto da ciência."5 (grifos meus)

Aos navegantes que desejem afirmar um movimento nômade, desobedecendo a palavra de ordem: - "Pegue o seu papel e cale a boca"6, o poder de Estado através do certi-

ficado de nascimento cívico constituído pela carteira de trabalho faz um alerta:

"A carteira, pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examina, logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica, como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escada profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência".

Retomando a questão inicial - se a prática da Orientação Vocacional toma como objeto "o não saber escolher" - minhas interrogações remetem agora para o que penso como correlato da prática de orientação vocacional, ou seja, para o que ela elege como seu objeto, que então a legitima, por estar fundamentada em um conjunto de princípios racionalmente estabelecidos, a serem operacionalizados por procedimentos apropriados a uma estratégia de intervenção.

Este ponto que indico como problemática - o não saber escolher - foi assim considerado pelas duas práticas mencionadas - a modalidade estatística e a modalidade clínica - como um objeto natural, como um ponto que irrompesse com a exigência de uma verdade que demanda revelar-se por um sujeito do conhecimento, que no caso acredita que exista uma coisa material chamada "orientando" que não sabe escolher, relativamente ao qual o orientador atua.

Entendendo que "a verdade pura sem conseqüências" das "coisas em si" serve a uma memória de povo anestesiada que não deve recordar a "vivência primitiva", com

pletamente individualizada e única, a qual deve seu surgimento"⁷, como que para não desobedecer a palavras de ordem, não pretendo como material de pesquisa portar "coisas em si", sabendo que elas não me servem como ferramenta no processo de entendimento de um acontecimento, necessariamente histórico. Prefiro sonhos a ilusões.

O encaminhamento para mim deste problema implica assim em reintroduzi-lo no devir histórico, o que aponta para uma recolocação sobre a legitimidade do objeto, da forma como foi anteriormente referida.

M. Foucault defende a seguinte tese:

"...: o que é feito, o objeto, se explica pelo que foi o fazer em cada momento da história"⁸

Nesse sentido, historicizar um objeto significa apreendê-lo na sua emergência com uma prática determinada, enfim, entendê-los (o objeto e a prática) como um acontecimento histórico singular e portanto datado. Dizer da emergência é indicar o instante em que surge e por que surge como uma regra de uso, enfim, é dizer da positividade deste prática.

Utilizar o pensamento de M. Foucault na tentativa de entender a invenção de uma prática significa fazer aparecer o que foi denunciado em suas pesquisas históricas, ou seja, a maquinaria de poder operada por dispositivos tecnológicos preciosos.

A questão do poder se coloca na perspectiva do como do poder, a saber:

" - quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, os diversos dispositivos de poder que se exercem a níveis diferentes da sociedade, em domínios e com extensões tão variados?"⁹

Ele indica em suas investigações a forma de poder disciplinar, que se constituiu com a sociedade industrial, provocando o deslocamento da análise do poder de um nível "geral" para um nível microscópico (em exercício).

Pensar a mecânica do poder, deste novo poder microscópico, um regime de poder que exerce no corpo social, e não sobre o corpo social, implica pensá-lo, como diz M. Foucault,

"... em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana."¹⁰
[Implica fazer sobressair o fato da dominação] não ... [nos termos] ... de uma dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre o outro, mas nas múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade."¹¹

Nesse sentido é que o poder não é analisado na forma de um fenômeno de dominação maciço e homogêneo, como por exemplo o poder pensado na sua funcionalidade econômica - em termos de manutenção e reprodução de relações de produção -, ou como algo localizado ou que alguém o detém. Na perspectiva de Foucault, o poder circula, só funciona em cadeia.

"O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte e consentido do poder, são sempre centros de transmissão."¹²

Se o poder se exerce, a questão é em que consiste sua micromecânica. E, num movimento de análise ascendente do poder, mostrar historicamente quais foram seus agentes reais (família, pedagogos, etc.), sem procurá-los na burguesia em geral, e como as tecnologias de poder - as técnicas e os procedimentos de poder - relativamente autônomos e infinitesimais tornaram-se em uma dada conjuntura economicamente vantajosos e politicamente úteis.

Em outros termos, não reduzir a mecânica do poder a uma estratégia de tipo unicamente repressiva, mas apontar sua positividade na fabricação de corpos politicamente dóceis e economicamente úteis.

É no projeto de normalização que se articula a noção de docilidade.

"É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado."¹³

Nesse sentido, corpo dócil significa corpo submisso e exercitado.

O corpo humano entra, então, na sociedade moderna, numa maquinaria de poder que é operada na fabricação de corpos dóceis com uma fórmula historicamente singular de dominação, diferenciando-se portanto da escravidão, da domesticação, da vassalidade e ainda do ascetismo e das "disciplinas" de tipo monástico. Em nenhuma dessas formas de dominação se observa a invisibilidade do poder que domina. Esta nova modalidade aciona técnicas disciplinares minuciosas, num investimento paranóico do detalhe:

"... nenhum detalhe é indiferente, mas me - nos pelo sentido que nele se esconde que pe la entrada que aí encontra o poder que quer apanhá-lo,"¹⁴

A política das coerções ao nível do detalhe que se constitui com a disciplina, imprimindo uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, os movimentos, o espaço, visa recompor o corpo na relação docilidade-utilidade que se quer instituir: tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente.

Como explica M. Foucault, a disciplina - esta nova "anatomia política do detalhe",

"... aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) ...; ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma "aptidão", uma capacidade que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada"¹⁵.

Assim, transformar o corpo em força de trabalho, ou qualificá-lo para o trabalho, implica no exercício de um novo tipo de poder - um poder polimorfo e polivalente que se apresenta e se exerce na forma de um poder econômico, político, judiciário e epistemológico.

A vigilância - o olhar hierárquico - e a punição - sanção normalizadora - articuladas ao procedimento do exame, constituem os operadores desse poder polivalente maquinado no aparelho institucional escolar.

É nesse esquema operatório que está comprometido

todo um campo de saber, todo um tipo de poder - o poder e pistemológico

"... poder de extrair dos indivíduos um saber e extrair um saber sobre estes indivíduos submetidos ao olhar e já controlados por estes diferentes poderes."16

Um ritual de poder que se sustenta numa cerimônia de troca de saberes: saber transmitido e saber extraído do aluno; no caso da prática de Orientação Vocacional, aluno-orientando, ou cliente.

Reafirmando que o entendimento da emergência desta prática, passa, necessariamente, por uma pesquisa que aponte qual o seu sentido histórico, sua positividade, deve-se perguntar que exigência histórica, ou seja, quais as condições que possibilitaram a sua entrada em cena.

Apreender o sentido histórico da emergência desta prática coloca-se aqui na perspectiva de uma abordagem genealógica da história¹⁷: "o genealogista parte em busca dos começos inumeráveis", entendendo que a história será "efetiva" na medida em que, não se apoiando em nenhuma constância, não pretendendo recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade, reintroduz o descontínuo, opondo-se ao postulado da origem que institui o ponto de vista supra-histórico, a identidade primeira em sua forma imóvel e anterior a todo acontecimento - figura que articula corpo e história; história genealógica que marca com uma data a singularidade do acontecimento.

A pesquisa da proveniência, então objeto próprio da genealogia, "agita o que se percebia imóvel", demarcando as diferentes emergências.

Apoderar-se do entendimento da exigência histórica, numa abordagem genealógica, significa adentrar no regime do acaso onde não há coordenadas originárias nem causas finais, mas somente "as mãos de ferro da necessidade que sacode o copo de dados do acaso" - "as forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta". Nesse sentido "é preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada".

Por pretender, na condição de aprendiz, investir na perspectiva de uma linha de pesquisa genealógica, decorre o se apossar dos encadeamentos da história com a demanda de trajetórias de movimentos que se alternam por um duplo deslocamento: se num momento é preciso situar o acontecimento objeto da dissertação, alargando o campo da pesquisa ao conjunto das condições de possibilidade que provocaram seu surgimento; num outro momento, é preciso concentrar-se no próprio acontecimento, nisto que constitui sua vocação própria: suas formas, seu objeto, seus problemas específicos.

Esses dois momentos são percorridos por um duplo movimento, quando desvios a outros domínios da vida social se fazem necessários para que se possa decifrar aquilo que se constitui como um subtexto na própria espeSSura

do acontecimento, em uma experiência que foi chamada de "densificação".

Neste percurso, uma questão histórico-teórica se destaca, colocando em dúvida a afirmação feita por R.Bohoslavski de que:

"... o avanço da tecnologia (psicológica) exige os pais da responsabilidade de estimar quais são os "engenhos" de seus filhos."¹⁸

Fico com as perguntas: - O que determinou a migração desta responsabilidade das mãos dos senhores de engenhos do Brasil colônia, para a competência técnica dos "senhores dos engenhos" (talentos, habilidades)? Ou, que múltiplas práticas engendraram uma nova configuração caleidoscópica construindo um plano que torna possível a emergência de uma prática de orientar vocações que têm como correlato um objeto que só é objeto para uma prática que o objetiva? Orientar vocações "sempre" foi um problema? Se sim, quais são os seus aparecimentos singulares?

A expressão "senhores de engenhos" foi propositalmente usada aqui para apontar que só tem em comum, nos dois casos, as palavras, e nada dizem da raridade de cada acontecimento. E que a sucessão de heterogeneidades não traça o vetor de progresso. Assim, "o avanço da tecnologia (psicológica)" é apenas uma constatação de medidas, não é a explicação das transformações históricas, onde, como no caleidoscópio, tudo depende de tudo.

"Mas cada prática, ela própria, com seus contornos inimitáveis, de onde vem? Mas, das mudanças históricas, muito simplesmente, das

mil transformações da realidade histórica, isto é, do resto da história, como todas as coisas."19

Haja "apetite de cupim" para empreender a demolição do que está constituído, num confronto de forças com os mais diversos inseticidas!

Sei que vou liberar apenas algumas tentativas para contar essa história, que penso, vale a pena contar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (CAPÍTULO I)

- ¹POMPÉIA, Raul. O Ateneu. [9. ed.] Rio de Janeiro, F. Alves, 1976, p. 93.
- ²Ver FOCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Cadernos da PUC, Rio de Janeiro, jun. 1974. p. 83-102. (Letras e Artes, 16).
- ³Citado por: ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. Pequena história da formação social brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1981, p. 75.
- ⁴CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. 2. ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1982, p. 138.
- ⁵FOUCAULT, Michel, op. cit., p. 100-1.
- ⁶Ver HADDAD, Amir. Minha opção foi pela liberdade. Jornal Psi, Rio de Janeiro, CPS - Centro de Psicologia Social, 3 (12) jul. 1983.
- ⁷Ver NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. Sobre a verdade e mentira no sentido extra-moral. In: _____. Obras incompletas. 3. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1983, p. 43-52 (Os Pensadores).
- ⁸VEYNE, Paul Marie. Como se escreve a história: Foucault revolucionou a história. Brasília, UnB, 1982, p. 164.
- ⁹FOUCAULT, Michel. Genealogia e poder. In: _____. Microfísica do poder. 3. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1982. cap. 11, p. 174.
- ¹⁰_____. Sobre a prisão. In: _____. Microfísica do poder. op. cit., cap. 8, p. 131.
- ¹¹_____. Soberania e disciplina. In: _____. Microfísica do poder. op.cit., cap. 12, p. 181.

¹²Ibidem, p. 183.

¹³FOUCAULT, Michel. Disciplina. In: _____. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1983. cap. 1, p. 126.

¹⁴Ibidem, p. 129.

¹⁵Ibidem, p. 127.

¹⁶FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas, op. cit., p. 97.

¹⁷Ver FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. Microfísica do poder. 3. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1982. cap. 2, p. 15-37.

¹⁸BOHOSLAVSKY, Rodolfo. Orientação vocacional. a estratégia clínica. 3. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1980, p. 47.

¹⁹VEYNE, Paul Marie, op. cit., p. 159.

CAPÍTULO II

APONTADO ALGUNS ELEMENTOS QUE SE EDIFICARAM NA HISTÓRIA TRAÇANDO UMA NOVA PRÁTICA

"O apetite de cumpim pela demolição invisível do que está constituído."

Raul Pompéia em O Ateneu

Na forma regulamentada pelo Decreto-lei nº 5452 de 01/05/43, a carteira de trabalho - documento que se constitui para o Estado em certificado de nascimento cívico - traz impresso o seguinte texto:

"A carteira, pelos lançamentos que recebe, configura a história de uma vida. Quem a examinar, logo verá se o portador é um temperamento aquietado ou versátil; se ama a profissão escolhida ou ainda não encontrou a própria vocação; se andou de fábrica em fábrica, como uma abelha, ou permaneceu no mesmo estabelecimento, subindo a escada profissional. Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência." (grifos meus)

Na expressão de Amir Haddad, uma palavra de ordem estaria contida no movimento de ordem unida que um poder autoritário investe a todo momento:

"Pegue o seu papel e cale a boca."

Deste poder ordenador de movimentos, legislador de ações, a prescrição de um dever ser que se inscreveria no campo da ação humana; a sua forma negativa de interdição, traçando limites à liberdade de expressão. A única

expressão permitida estaria aprisionada no papel assumido:

"... tem que assumir este papel eternamente, fazer carreira no papel."¹

Acrescenta Amir Haddad:

"O teatro, tal qual a realidade em que ele está inserido, obedece a esta regra, pegue o seu papel e fique quieto. Se abandonar seu papel você vai ser marginalizado, preso, vai ser segregado."

Nos termos da lei:

"... Pode ser um padrão de honra. Pode ser uma advertência."

Assim, o poder legislador teria como alvo de interdição o agir humano, coagindo o homem a fazer uma escolha certa e definitiva, a orientar sua ação nesta direção.

Enquanto na proposição categórica - "Pegue o seu papel e cabe a boca" se delineia de imediato o outro termo do poder-lei, a figura do sujeito que é constituído como sujeito - que é "sujeitado" -, ou seja, aquele que obedece; no texto legal, um imperativo de honra se coloca como se constituindo o sujeito, obediente então de uma lei moral que o faria capaz de discernimento no seu poder de decisão frente a escolha de uma profissão; outorga-se assim ao homem o status de senhor dos seus atos, sob a condição de que seus atos sejam decididos acertadamente, definitiva

mente e sigam acertadamente o caminho em que se orientaram.

Nesse sentido, a carteira de trabalho, enquanto instrumento jurídico, se faz documento testemunho da vida do cidadão frente ao Estado, com a implicação também de um exame de si mesmo, quando então se verifica seu temperamento, seu amor à profissão, enfim, se está garantido o pressuposto de uma identidade profissional enquanto expressão de uma vocação autêntica, noções estas operadas no campo do saber psi. Cabe aos cidadãos - homens constituídos como "sujeitos" - dizer o que são, o que fazem ou o que intencionam fazer, como se uma verdade interior tivesse a demanda de revelar-se, proporcionando as certezas fundamentais de uma consciência, que instituída como consciência moral fornece a condição de o homem se orientar.

Logo, a exigência de revelar-se é efeito de um poder que nos coage. Melhor dito, a produção da verdade é infiltrada por relações de poder, o que nos remeteria a uma outra concepção de poder, que enfrentaremos mais adiante, tomando como regra metodológica que relações de poder a instituíram como objeto possível no campo do saber.

O poder legislador ao investir sobre a ação humana agiria, pronunciando a regra:

"... o domínio do poder [no caso sobre o agir humano] seria efetuado... por um ato de discurso que criaria, pelo próprio fato de se enunciar, um estado de direito. Ele fala e faz-se a regra. A forma pura do poder se encontraria na função do legislador."2

É nesse sentido que M. Foucault designa esta forma de representação do poder, pelo seu modo de ação, ou seja, como uma representação jurídico-discursiva.

Nesse modo de se esquematizar o poder - na sua forma jurídica -, este atravessaria homogeneamente todas as instâncias de intervenção, fazendo corresponder, naquele que o poder coage - o cidadão frente ao Estado, o adolescente frente aos pais, o aluno frente ao professor - a forma geral de submissão. No jogo deste poder, um regime binário: do lícito e do ilícito, do permitido e do proibido.

Se no jogo da cena familiar, reclama também Amir Haddad de um espaço de liberdade, o que seria extensivo ao grande espetáculo social do poder legislador, um campo da prática psi parece ter se incrustado nesse espaço, com a promessa de liberalização de expressões vocantes; sendo que esse debate só ganhou sentido sob a perspectiva de um drama moderno construído sobre a unidade psicológica dos protagonistas - sujeitos de escolha, com o senso de responsabilidade individual e com o comprometimento autônomo enquanto agentes dos seus atos.

Nesse contexto delineiam-se as categorias da ação e do agente - indivíduos colocados na situação de agir, na encruzilhada de uma opção com que estão integralmente comprometidos, no limiar de uma decisão interrogando-se sobre o melhor caminho a tomar entre as alternativas que se apresentam. Assim, não mais tentar o destino como se uma ordem geral do mundo se sobrepujasse a uma perspectiva intencional do agente, mas enquanto constituído homem senhor

dos seus atos, fazer operar seu poder de decisão, expressão de uma vontade autônoma. Uma nova categoria se desenha na história psicológica do homem ocidental, a categoria da vontade, com a implicação de um modo de subjetivação, onde a filosofia platônica, vitoriosa até nossos dias, buscou fundar uma consciência antitrágica.³

Acho importante um estudo para se pensar a estratégia platônica, onde a questão que se coloca não é a do cerceamento do espaço de liberdade, mas da impossibilidade que este pensamento tentou imprimir a uma visão problemática do mundo, instaurando arquétipos modelares com vistas à prescrição de um dever ser ordenador do mundo.

Então, o que temos agora, é a categoria da vontade como sustentação da categoria da ação ou seja, um modelo de ação humana, que pode ser então nomeado, modelo da decisão autônoma, onde o comprometimento do sujeito na ação traduz a livre-escolha - a vontade livre é condição da responsabilidade individual. Do indivíduo tomado enquanto agente livre - causa produtora de seus atos -, decorre sua decisão pessoal e livre.

Em que medida esta categoria da vontade se distanciará dos termos colocados na concepção de um poder legislador que a expressão "Pegue o seu papel e cale a boca" deixa evidente - poder legislador de um lado e sujeito obediente do outro; ou em que medida esta categoria liberada aqui a partir do texto legal nada mais faz que avançar na mesma concepção de poder com vistas a melhor mascará-lo?

Se a resposta se afirmar na última perspectiva, os dois discursos - o da proposição categórica que aponta para o poder-lei na sua função de interdição no campo da liberdade de expressão, no sentido em que coage o indivíduo à assunção de um único papel, e o do texto legal, que do meu ponto de vista anunciou a categoria da vontade - não se colocam lado a lado para um confronto, mas se tornaram, enquanto complementares, necessários aos acontecimentos históricos que forjaram a figura dos homens livres.

Faz-se necessário, para um melhor entendimento da posição de uma teoria da lei articulada à vontade, resgatar no pensamento kantiano a categoria da vontade, que se coloca na forma de uma faculdade psicológica - faculdade de desejar superior ou vontade autônoma, que se constitui livre pela obediência à lei moral.⁴

No pensamento kantiano o poder legislador é outorgado à razão, que sendo detentora da forma de uma legislação universal, faz-se instância autorizada a determinar a vontade, autônoma enquanto faculdade de desejar superior.

A faculdade de desejar sob sua forma superior, ou seja, enquanto vontade autônoma, supõe uma representação a priori que determina a vontade, sem a mediação portanto de um sentimento de prazer ou de dor - caso da faculdade de desejar inferior, na qual a vontade estaria determinada de modo "patológico".

O estatuto de forma superior exige que a repre-

sentação deixe de ser uma representação de objeto e passe a ser a representação de uma forma pura, de uma legislação universal. A vontade é aí determinada pela pura forma da lei.

Fundar uma vontade autônoma tem, então, como implicação, submetê-la à lei. E é nesse sentido que ela se faz autônoma, significando que encontra em si mesma a lei de seu próprio exercício. Sua liberdade é definida por um poder de começar de si mesmo um estado; ou um Estado?

Kant postula que, nos fins da razão, é a razão que se toma a si mesma como fim, havendo pois interesses da razão.

O interesse da razão que corresponde à faculdade de desejar superior é o interesse prático. E em função desse próprio interesse prático a razão legisla.

Decorre daí a lei moral como princípio que deve guiar a ação humana com um fim de dotá-la de caráter moral.

Segundo Kant, uma única lei moral, assim se enuncia:

"Atue sempre como se a regra de conduta de cada vez adotada devesse tornar-se um princípio universal válido."

Temos assim determinado, que a lei moral é a lei da vontade, inteiramente independente portanto da intuição e das condições de sensibilidade. Se como diz Kant:

"- nada é anterior a esta determinação da vontade",

sendo a lei moral a lei capaz de determinar a vontade livre, é unicamente pela lei moral que nos sabemos livres.

Embora ocorra uma implicação recíproca ... entre lei moral - conceito da razão prática - e vontade livre - onde se inscreve a idéia de liberdade, idéia da razão especulativa - dado que o primeiro conceito remete ao segundo, essa correspondência não é expressão de uma igualdade, havendo sempre na liberdade uma zona de livre arbítrio que possibilita optarmos contra a lei moral.

É o espaço traçado para o transgressor - figura jurídica - ou para o desviante - nos termos da norma clínica -, enfim, para os não sujeitos: uma vez que extraem da sensibilidade a lei que os determina, a razão deixa-se condicionar empiricamente. Donde o lugar de sujeito implica a posição de submissão mas também a função de legislador. Funciona, no dizer de M. Foucault, quando,

"... inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição."⁵

Não acreditemos com isso que a moral kantiana seja indiferente à sua própria realização, pois o efeito possível no mundo sensível é cópia cunhada da idéia do conceito de liberdade, daí a implicação recíproca.

"O conceito de liberdade deve realizar no mundo sensível o fim imposto por suas leis."

Se a inscrição da lei moral fixa a possibilidade moral de querer a ação que realiza os objetos da razão prática - que formam o que se chama de Bem moral -, no meu entender a posição kantiana, que pensa a categoria da vontade segundo uma teoria da lei, sustenta a mesma concepção de poder, com a única vantagem que é a de melhor ocultá-lo. Avança no domínio do poder-lei pretendendo, parece, naturalizá-lo enquanto constitutivo do sujeito psicológico.

Assim, é a concepção jurídico-discursiva do poder que aponta tanto para a temática da liberdade, questionada a partir do limite traçado pelo poder, quanto para uma teoria da lei constitutiva da vontade autônoma; tem-se como consequência, frente ao problema da liberdade, a promessa de liberação, dado que o poder aí se dimensiona num domínio exterior; e, como consequência oposta, quando o poder-lei for constitutivo da própria vontade, onde então sempre já se estará enredado. Neste caso, a correlação de poder (na sua articulação com a vontade) já estaria lá onde está o sujeito de vontade livre, não havendo risco de que a vontade autônoma apareça, "por natureza", estranha à lei, uma vez que ela só se constitui pela lei.

Na investigação da categoria da vontade - esta figura que emerge na história psicológica do homem ocidental - , J.P. Vernant nos surpreende com a seguinte afir-

mação:

"Contra essas pretensas "evidências" psicológicas toda obra de Meyerson nos põe de sobreaviso... A vontade não é um dado da natureza humana. É uma construção complexa que parece tão difícil, múltipla e inacabada como a do eu, com a qual é em grande parte solidária."⁶

Penso ser também nesse sentido que esta categoria faz ultrapassar seu primeiro suporte, que é a orientação da ação com vistas a uma escolha definitiva, na medida em que ganha proeminência a figura do agente enquanto centro de decisão; a figura do "eu" dotado de um poder de vontade que se manifesta no ato de decisão - decidir significa constituir-se como agente, isto é, sujeito responsável e autônomo.

Nos termos precisos de J. P. Vernant:

"... não há ação sem um agente individualizado que seja o centro e fonte dela; não há agente sem um poder que ligue o ato ao sujeito que o decidiu e que, ao mesmo tempo, assuma a responsabilidade por ele."⁷ "Pode-se dizer sobre a vontade que ela é a pessoa vista em seu aspecto de agente."⁸

Nesse sentido, alerta-nos R. Bohoslavsky:

"... a escolha de uma carreira e um trabalho podem ser auxiliados se o jovem conseguir assumir a situação que enfrenta e, ao compreendê-la, chegar a uma decisão pessoal responsável."⁹

Vontade e agente são assim termos correlatos, intrinsecamente solidários na construção de um modelo de ação humana.

Solidários a tal ponto que este poder de vontade livre - poder do agente que se apreende como centro de decisão - tornou-se chave da individualidade, que no caso de uma escolha de uma profissão é designada como identidade profissional. Assim, a vontade é chave da identidade, pois é ao mesmo tempo o que permite analisá-la e o que torna possível constituí-la.

É com esta expectativa que Raul Pompéia nos diz:

"Eu tinha onze anos ... vinha próximo o momento de se definir a minha individualidade."¹⁰

No modo de dizer, também de J. P. Vernant, e que faço questão de transcrever, pois que para mim aponta uma solidariedade da prática de Orientação Vocacional - campo de intervenção que opera com a categoria da vontade - com o texto legal, a seguinte afirmativa:

"À continuidade do sujeito que se busca no seu passado, que se reconhece em suas lembranças, responde a permanência do agente, que é responsável hoje pelo que fez ontem e que sente sua existência e sua coesão internas na medida em que suas condutas sucessivas se encadeiam, se inserem num mesmo quadro para, na continuidade de sua linha, constituir uma vocação singular."¹¹

Posição esta que coindice com a tese nietzschiana,¹² afirmada em sua investigação genealógica da responsabilidade:

"... [ã] tarefa de educar e disciplinar um animal que possa fazer promessas (antecipar e prever o que o futuro oculta) pressupõe outra tarefa: a de fazer o determinado, uniforme, regular e, por conseguinte, apreciável."

Foi a vitória da faculdade da memória -

"... vontade ativa de guardarmos impressões, trata-se de uma continuidade no querer, de uma verdadeira memória da vontade."

Se é o poder concebido na sua forma jurídico-discursiva onde se tem como consequência político-prática essencial deste poder-lei - nos seus modos de dominação, submissão, sujeição - o efeito de obediência, o que na sua mecânica nos informaria sobre o "não saber escolher" - foco temático e de intervenção no campo da Orientação Vocacional?

Indica-nos M. Foucault que sua eficácia estaria no paradoxo do

"nada poder, a não ser levar aquele que sujeita a não fazer senão o que lhe permite."¹³

No exercício de sua potência de "não", estabelece

relações negativas, traça limites, marca fronteiras; e, se alguma coisa produz na monotonia das táticas que utiliza, é o efeito lacuna, a instauração de ausências e falhas. A ilusão está em fazer da interdição o elemento fundamental e constituinte, ao invés do entendimento do que serve ao mesmo tempo como suporte e instrumento.

Será que na economia dos procedimentos deste poder estaria localizada a eficácia do "não saber escolher"?

M. Foucault defende a seguinte tese:

"o que é feito, o objeto, se explica pelo que foi o fazer em cada momento histórico."

Sendo o objeto - dispositivo correlato à prática - efeito e instrumento de agenciamentos concretos, ponto de passagem pelas relações de poder e ponto de apoio, de articulação a estratégias múltiplas, precisaremos adotar um modelo também estratégico na concepção do poder, uma análise do poder que nos permita apreendê-lo nos mecanismos concretos do seu acontecer histórico, enfim, na perspectiva do como do poder.

Sabemos que a partir do séc. XVIII mecanismos de poder se apossaram da vida do homem na qualidade de corpo vivo, engendrando.

"... novos procedimentos de poder que funcionam não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei, mas pela normalização, não pelo castigo, mas pelo controle, e que se exercem em níveis e formas que extravazam do Estado e de seus aparelhos."14

M. Foucault indica em suas investigações a forma de poder disciplinar que se constituiu com a sociedade industrial provocando o deslocamento da análise do poder para um nível microscópico, na sua forma capilar de existir.

Na perspectiva do como do poder nos encaminhamos assim para uma "situação estratégica complexa numa sociedade determinada".¹⁵ A isto é que se nomeia poder, "não uma instituição ou uma estrutura, nem uma certa potência de que alguns seriam dotados". A "onipresença do poder" estaria não no fato de englobar tudo a partir da existência primeira de um ponto central, mas porque provém de todos os lugares, produz-se a cada instante, em toda relação entre um ponto e outro.

A nossa questão não será então: - a que dominação global, a que estrutura estatal responde a preocupação em produzir o campo de prática da Orientação Vocacional; mas, quais são as relações de poder mais imediatas, mais locais, que então em jogo, enfim, quais são os "focos locais" de poder-saber? - sabendo-se que:

"... as relações de poder não estão em posição de superestrutura, com um simples papel de proibição ou de recondução; possuem, lá onde atuam, um papel diretamente produtor."¹⁶

Penso que nessa linha de pesquisa nos seja possível indicar os sinais que projetam a entrada em cena da prática da Orientação Vocacional no Brasil.

E se tomamos como regra metodológica que relações de poder instituíram o objeto possível no campo do saber, entendemos que esta produção implica a análise não de um ponto de origem num projeto de evolução tecnológica do saber na forma de uma construção lógica, mas de pontos de proveniência - elementos que se edificaram ao longo da história - enfim, uma análise das condições de possibilidades engendradas a partir de agentes concretos. A "crystalização institucional" "de" poder nos aparelhos estatais é, segundo M. Foucault, apenas "efeito de conjunto" nas hegemonias sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (CAPÍTULO II)

- ¹Ver HADDAD, Amir, op. cit.
- ²FOUCAULT; Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. 3a. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1980, p. 81.
- ³Ver VERNANT, Jean Pierre & VIDAL-NAQUET, Pierre. Mito e tragédia na Grécia antiga. 2a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- ⁴Ver DELEUZE, Gilles. Para ler Kant. 2a. ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.
- ⁵FOUCAULT, Michel. Disciplina. In: _____. Vigiar e punir: história da violência nas prisões, op. cit., p. 179.
- ⁶VERNANT, Jean Pierre, op. cit. p. 42-3.
- ⁷Ibidem, p. 42.
- ⁸Ibidem, p. 41.
- ⁹BOHOSLAVSKY, Rodolfo, op. cit. p. 29.
- ¹⁰POMPÉIA, Raul, op. cit., p. 21-2.
- ¹¹VERNANT, Jean Pierre, op. cit., p. 41.
- ¹²NIETZSCHE, Frederico. A genealogia da moral. 4a. ed. Lisboa, Guimarães & Cia. Editores, 1983. 29 ensaio. p. 50-1.
- ¹³FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I, op. cit., p. 83.

¹⁴Ibidem, p. 89.

¹⁵Ibidem, p. 89.

¹⁶Ibidem, p. 90.

CAPÍTULO III

A ENTRADA EM CENA DA ADOLESCÊNCIA

"Um mecanismo semelhante, que range quando o meu pensamento pretende agora utilizá-lo, valoriza a interioridade à custa da exterioridade. Os seres seriam tesouros encerrados numa casca sem valor, e quanto mais se penetrasse neles, maiores seriam as riquezas à que se chegaria. E se não houvesse tesouros? E se a estátua estivesse cheia com um recheio monótono, homogêneo, como o de uma boneca de farelo? Bem sei que eu, eu a quem ninguém empresta agora um rosto e quaisquer segredos..."¹

Michel Tournier

No romance O Ateneu - grande colégio da época -, Raul Pompéia reconstrói a sua experiência escolar vivida, na aquele internato de rapazes, sob a batuta de Aristarco Argollo de Ramos (nome ficcional de Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas, grande educador do Império), iniciada aos onze anos, e que se fez por ele assim anunciada:

"Apesar deste ensaio da vida escolar a que me sujeitou a família, antes da verdadeira provação, eu estava perfeitamente virgem para as sensações novas da nova fase. O internato! Destacada do aconchego placentário da dieta caseira, vinha próximo o momento de se definir a minha individualidade."² (grifos meus)

Esta via de introduzir a temática em questão visa pontilhar um percurso de investigação, já apontado anteriormente, enquanto posição metodológica de pesquisa onde a historicização do objeto de estudo se faz absolutamente necessária.

A adolescência se coloca aqui como problema nodal,

porque objeto privilegiado dos saberes daqueles que tomaram a prática da Orientação Vocacional como campo de intervenção. Nessa perspectiva, afirma R. Bohoslavski que:

"Iremos nos referir exclusivamente ao trabalho de orientação vocacional com adolescentes ..., também porque acreditamos que precisamente na adolescência emergem as dificuldades (e soluções) de natureza vocacional... delineiam-se com mais clareza os conflitos relativos ao acesso ao mundo adulto, em termos ocupacionais."³ (grifos meus).

Penso que o empreendimento a ser feito se coloca num processo de demolição de crenças forjadas e visadas por um olhar que se fixa à superfície das coisas, imobilizando-as e tomando-as como objeto natural. Na visada das "coisas em si", algo trans-histórico caminha num projeto de uma continuidade ideal, justificativa do progresso da ciência.

Esses cientistas formulam então a questão: O que é a adolescência? A palavra adolescência torna-se logo conceito, devendo convir a um sem número de casos. "Como se na natureza, além das folhas, houvesse algo que fosse folha." Uma "folha" primordial, modelar, onde estaria inscrito aquilo que deve ser verdade. Como se um epigrafista se fizesse desatento na decifração das inscrições em observar e anotar uma data que estaria ali também grafada. Alerta-nos um pensador⁴ que "a desconsideração do individual e efetivo nos dá o conceito". Nietzsche é radical: "O que se define não tem história."

Teriam os epigrafistas esquecido de ver a data ou um outro registro absorveu-os, confundidos com as exigências de rigor de uma identidade civil moderna onde, por

exemplo, no documento designado como carteira de trabalho, se tornou conveniente indicar uma nova precisão, de caráter numérico, a idade, sinal suplementar de individualização, de exatidão?

Assim, com a necessária precisão moderna, R.Bohoslavsky segue dizendo que os referidos conflitos evidenciam-se "... especificamente entre os quinze e os dezenove anos, de modo aproximado".

Decorre desta crença, observação recolhida no trabalho que faço em Orientação Vocacional, que um sujeito, cliente desta prática, com este traço na fabricação de sua subjetividade, se estranhe e se sinta com um maior grau de comprometimento em seus processos conflituosos, se ocorre ter 20 anos e não ter ultrapassado ainda a posição dos que não sabem escolher, se decidido profissionalmente.

Da mesma forma, talvez fiquemos surpresos diante da informação de P. Ariès de que:

"Na savana africana a idade é ainda uma noção obscura, algo não tão importante a ponto de não poder ser esquecido."⁵

E, não estranhemos, porque prática corriqueira do nosso tempo, considerada a importância da noção de idade, tornada regra de uso, quando perguntamos a Geraldinho quantos anos ele tem e nos orgulhamos da sua precocidade quando nos diz acertadamente a sua idade de dois anos.

Outras perguntas se sucedem ao longo de nossas vidas, instigando um possível silenciar, como quando se interroga, por exemplo, sobre o futuro. E logo os investi

gadores especialistas se colocam a postos.

Diz-nos E. Canetti que:

"Uma pergunta monstruosa é a que indaga a respeito do futuro. Seria possível chamá-la de pergunta suprema". E nos conta ele que "os deuses, aos quais ela é dirigida, não estão obrigados a responder". A resposta, no caso, se expressa através de sinais que são alistados pelos sacerdotes de certos povos. Mas "mesmo quem conhece todos eles nunca pode concluir, a partir de cada um, mais do que algo separado do futuro."⁶

Como, "entre os etruscos, a interpretação do raio era tarefa de uma classe especial de sacerdotes, adotados pelos romanos como fulguratores". Porque a partir do comportamento peculiar do raio procurava-se "deduzir conclusões a respeito da vontade dos deuses"⁷.

É preciso indicar, no entanto, a via de pensamento trilhada por E. Canetti onde a questão - pergunta e resposta - se problematiza no campo das relações de poder.

As perguntas utilizadas como meio de poder são por ele descritas como a prática de um

"... cirurgião que mantém sua vítima com vida para averiguar coisas mais precisas a respeito dela. Com a segurança de um cirurgião, penetra-se nos órgãos internos". Assim, como uma "espécie de dissecação começa com um toque. O contato se intensifica e chega a diferentes lugares. Onde encontra pouca resistência, penetra. O que é encontrado é colocado de lado, de reserva, para ser utilizado posteriormente; as coisas encontradas não são aproveitadas imediatamente. Primeiro é necessário encontrar aquele ponto bem definido que está sendo procurado."⁸

Podemos identificar esta estratégia pela leitura dos diálogos platônicos, onde Sócrates, enquanto seu inter

locutor, prende seus ouvintes, dominando-os exclusivamente mediante a formulação de perguntas.

Sugiro a leitura do Ion, onde através da tática do diálogo, Sócrates encurrala Ion colocando-o num impasse que o faz acatar toda a argumentação a favor daquele que seria o melhor juiz.

- Sócrates: Assim, cabe a você escolher, se você quer passar aos nossos olhos por um homem injusto, ou então por um homem de Deus!

- Ion: A diferença é enorme, Sócrates! Porque é muito mais belo passar por um homem de Deus!

- Sócrates: Ah bem! Ion, esta beleza superior, nós a conferimos a você: de dever a um Deus e não a uma arte, seus louvores a respeito de Homero!

Diz-nos E. Canetti:

"as perguntas procuram respostas; as que não recebem respostas são como flechas disparadas para o ar."⁹

A flecha foi um instrumento utilizado pelo homem durante muito tempo como um recurso, no âmbito do poder, que imprime uma maior velocidade para o alcance de sua presa.

Na construção dessa arma, o homem ter-se-ia inspirado no modelo de mestre da ave de rapina, que se precipita de elevada altura para fazer uso de suas fortes garras.

Mais tarde, com as evoluções técnicas, recursos se aperfeiçoaram, por exemplo, como a invenção articulada ao aparelho jurídico de uma instituição-dispositivo desig

nada fichamento policial.

Este instrumento, já tão familiar nos nossos dias, funciona na forma de um interrogatório, onde está prescrito um conjunto de perguntas que servem para medir o grau de periculosidade que cada um dos interrogados pode chegar a ter e à identificação imediata, com a conseqüente captura, daquele que efetivamente se tornou perigoso.

A pergunta "Quem é você?", com a resposta "Sou fulano"; em seguida o informe sobre o local de residência. O estado civil, que do ponto de vista de E. Canetti indicaria a propriedade humana mais imediata, seja marido, esposa, ou filho. Acrescidos esses dados com a informação da profissão/atividade e, junto, a idade, concluir-se-ia por sua influência e prestígio; no dizer de E. Canetti: "como pode ser manipulado?".

Essa série de procedimentos, detalhadas perguntas, esquadriharia o interrogado num mapeamento onde estaria fixado e conseqüentemente privado da possibilidade de fuga por metamorfose, porque barrado no "baile de máscaras". A cada um a determinação do seu "verdadeiro" nome, do seu "verdadeiro" lugar, elementos na composição de uma identidade estatutária.

E esta preocupação, por exemplo e não por acaso, na medida em que a filosofia platônica impregnou o ocidente, se expressa num de seus diálogos, A República - obra que visa cunhar o projeto político de um Estado ideal -, onde, pela boca de Sócrates, através de sua prá-

tica de inquirição, uma argumentação se afirma a favor da queles que poderão ser aceitos na cidade. Referindo-se ao fato da não existência de "homens capazes de agir como dois ou como muitos, já que cada um se dedica a uma única coisa", conclui:

" E essa é a razão por que nossa cidade é a única em que se encontram sapateiros que são exclusivamente sapateiros e não pilotos além de sapateiros, camponeses que são apenas camponeses e não juizes além de camponeses, e soldados que se contentam em ser soldados e não pretendem ser negociantes ao mesmo tempo; e assim sucessivamente." ¹⁰

No mecanismo das perguntas, o efeito consistiria em realçar o sentimento de poder do interrogador, a afirmação de sua vontade ativa, implicando na posição de submissão ativa, na situação de quem aguarda ordens, da quele que foi tocado pela pergunta e que forneceu a resposta esperada, engendrando um encadeamento que torna possível novas investidas onde se exacerba o caráter minucioso das perguntas.

Nesta prática de perscrutar, a persistência de uma vontade, que num moto incessante, visa a cada resposta atingir uma significação oculta, uma verdade escondida que demanda revelar-se. Cada um de nós carregaria consigo a sua verdade.

Foi preciso que, ao longo da história, a verdade realizasse um movimento migratório para chegar a habitar uma interioridade.

Porque toda a questão platônica no acesso à verdade tinha como condição efetuar um movimento de alcan -

çar, o que seria realizado via alma platônica dotada de uma razão com essa incumbência: atingir uma verdade que estava fora, inscrita no mundo das essências ou idéias, o mundo designado por Platão como o verdadeiramente real.

Por movimentos históricos, por deslocamentos de solos epistêmicos - categoria utilizada por M. Foucault para indicar o modo de funcionamento do conhecimento numa época dada -, a verdade derivou para uma interioridade onde, para ser tocada, teve como invenção correlata dispositivos que servissem a sua extração.

No momento que isso ocorre, essa verdade deve emergir no campo do discurso e isso vai se dar no cristianismo, com a exigência de uma verdade a ser confessada e com o pressuposto de um outro, no caso o pastor dos homens, dotado da competência necessária para interpretá-la.

Afirma M. Foucault que:

"A confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização pelo poder."¹¹

Donde a prática do cristianismo mostra sinais de articulação com a prática do pastoreio: ambas querem conduzir o respectivo "rebanho" para a rota da salvação, com a diferença que na administração dos homens, enquanto estes portam uma verdade escondida, não podem ser conhecidos, no sentido de individuados - ganhar uma identidade e características - do mesmo modo que ocorre com relação às ovelhas, ou seja, pela imediata visão que se tem delas.

É o que reforça R. Bohoslavski quando prescreve a aplicação de testes psicométricos e/ou projetivos na complementação, nos casos que se fizer necessário, de um di-

agnóstico, se utilizando de uma analogia com a prática médica:

"Assim como o médico pode necessitar de uma radiografia para melhor saber o que se passa com o paciente, sem pretender que a radiografia lhe cure a dor de estômago, também o psicólogo usa os testes que, por si mesmos, nada resolvem. Somente ajudam o psicólogo a saber bem mais o que se passa com um adolescente."12

O que me faz lembrar de um grupo de adolescentes em processo de atendimento em Orientação Vocacional que se autonevou de "os problemáticos anônimos". E que me remete a pensar que o anonimato da chamada problemática de natureza vocacional se constitui em segredo por questões históricas, que as pesquisas realizadas por J.P. Vernant nos fornecem.

Por exemplo, se o referido anonimato não seria uma posição de efeito no enfrentamento ao ato de decisão no sentido de uma escolha profissional, sustentada pela crença de que o indivíduo que se decide se constitui a si próprio como agente, isto é, como sujeito responsável e autônomo, podendo só a partir daí, se expor no lugar do reconhecimento social. Na posição de dúvida, estaria atento ao tempo que lhe é concedido para fazer tal ultrapassagem, com o risco de se expor no lugar da problemática que cerca a doença mental, que na sua expressão se afigura de uma forma mais exibicionista.

Distingo nesta fala de R. Bohoslavski uma referência crítica à modalidade estatística na prática da Orientação Vocacional, que na tentativa de auscultar os ruí-

dos de uma interioridade adolescente, parece ter realizado a utopia robinsoniana.

Robinson Crusoê, no seu projeto de impor uma ordem racional à Speranza - ilha deserta, "opaca, impenetrável, cheia de surdas fermentações e de maléficos remoinhos" -, edificou um "Conservatório dos Pesos e Medidas", onde

"... expôs, numa espécie de altar... - como as armas da panóplia da razão -, os estalões da polegada, do pé, da jarda, da vara, da braça..."¹³

Na mesma linha de projeto parece ter se dedicado o educador Aristarco. Edificando o Ateneu e apregoando as reformas pedagógicas - que indicarei posteriormente - se referia assim às lutas que lhe custava a mocidade colocada sob a sua orientação:

"Um trabalho insano! Moderar, animar, corrigir esta massa de caracteres, onde começa a ferver o fermento das inclinações; encontrar e encaminhar a natureza na época dos violentos ímpetos; espreitar, adivinhar os temperamentos; ... aproveitar os alvoroços do sangue para os nobres ensinamentos; prevenir a depravação dos inocentes; espiar os sítios obscuros... Ah! meus amigos, concluiu ofegante, não é o espírito que me custa, não é o estudo dos rapazes a minha preocupação... É o caráter! Não é a preguiça o inimigo, é a imoralidade!"¹⁴ (grifos meus)

Quero já observar uma não distinção clara, talvez própria da época, de uma idade designada por adolescência, apesar de vir expressamente assim indicado nos textos de Jurandir Freire Costa e de Gilberto Freyre, de que me utilizarei mais adiante.

Segundo tese afirmada por P. Ariès, a adolescência seria a idade privilegiada do "Século XX - o século da

adolescência". Até o século XVIII a adolescência foi confundida com a infância, e imbricada com a noção de juventude, que significa força da idade, "idade média". A partir deste século um movimento de diferenciação veio se processando com a demarcação mais nítida da infância. O que se pode notar neste diálogo entre a senhora do Dr. Aris - tarco e Raul Pompéia:

- " - Quantos anos tem? perguntou-me.
- Onze anos...
- Parece ter seis, com estes lindos cabelos. Corte e ofereça à mamãe, aconselhou com uma carícia; é a infância que aí fica, nos cabelos louros... Depois os filhos nada mais têm para as mães."¹⁵
(grifo meu)

Mesmo com a certeza de apenas pressenti-la - refiro-me à adolescência -, viso perseguir o riscar em pontilhado do seu esboço. Se já se anuncia que "nada mais tem para as mães", a quem servirá a forma adolescente? É esta a questão que se coloca como problema de investigação, porque o esboço é de um rosto necessariamente histórico. A entrada em cena da figura "adolescente" como objeto então correlato de um conjunto de práticas que a produz e a faz funcionar. A figura "adolescente" tomada como "foco local de poder-saber," indicado por M. Foucault como relações que veiculam formas de sujeição e esquemas de conhecimento. É, por exemplo, na relação guia-guiado que a prática da Orientação Vocacional tem a sua condição de possibilidade.

Assim, na tentativa de resgatar a vivência primitiva, completamente individualizada e única, a qual de-

ve seu surgimento, vou me servir estrategicamente de uma definição de adolescência, dada por E. Erikson, para iniciar o meu percurso.

A adolescência é definida por este pensador como:

"... momento evolutivo de moratória psicosocial."¹⁶

Do significado do termo moratória - dilação do prazo concedido pelo credor ao devedor para pagamento de uma dívida - destaco a relação credor-devedor como matéria constitutiva de minha hipótese de trabalho: A figura do adolescente apontaria com os sinais de sua emergência, em algum ponto da trajetória de migração do credor, que derivaria da sua posição no Brasil Colônia, para uma transmutação - mudança de lugar ou de domínio - no Brasil Império. Nesse movimento histórico uma outra relação credor-devedor se fabricaria, sendo investida a configuração da família, como "espaço de manobra" ou campo de intervenção.

Vou agora me aventurar nessa viagem, com a densidade de entendimento que me é possível.

Quero antes, no entanto, observar, que tal investida visa perseguir a linha estratégica, que na suspensão do poder patriarcal teve como alvo a família oitocentista de elite.

É é o que nos confirma Raul Pompéia:

"De fato, os educandos do Ateneu significavam a fina flor da mocidade brasileira. ... não havia família de dinheiro, enriquecida pela setentrional borracha ou pela charqueada do sul, que não reputasse um compromisso de honra com a posteridade doméstica mandar dentre seus jovens, um, dois, três representantes abeberar-se à fonte espiritual do Ateneu."¹⁷ (grifo meu)

Uma outra linha estratégica, que merece ser obje

to de investigação em separado, com a promessa, quem sabe, de um próximo trabalho, é a que parece apontar nos nossos dias para a figura jurídica do "menor", num processo de tutelarização que tomou nas mãos este rebento das famílias das camadas populares. E, no percurso da pesquisa, talvez acrescentar à tese de Marlene Guirado que afirma ser

"... no interjogo de determinadas práticas sociais que se institui a infância como uma fase da vida e que se delimita uma região dessa infância, cujo atendimento e cuidado é território judiciário e administrativo. Esta região é a criança-menor."¹⁸

Data, por exemplo, do início deste século a referência feita por Everardo Dias, em sua descrição da indústria metalúrgica, onde

"... o número de menores também era predominante... Os menores (em que contavam rapazes de oito anos) eram empregados em serviços pesados, alguns incompatíveis com sua idade e sua constituição física, e mal chegavam a adultos e quando chegavam era para formar filas nas clínicas gratuitas da Santa Casa da Misericórdia, como indigentes."¹⁹
(grifo meu)

Deixo a pergunta: - se não foi na esfera industrial - que segundo J. Donzelot²⁰ se constituiu em ponto de aplicação e suporte de uma civilização de costumes no enfrentamento a problemas de conservação e integração dos cidadãos - que se viabilizou, nesta linha estratégica, prioritariamente, o tempo "evolutivo" de moratório psicossocial, dedicado à "adolescência" dos filhos de família - leia-se de famílias ricas - via mecanismo de escolarização?

Temos hoje também e inclusive farta literatura que nos instrumentaliza para pensar os fenômenos da evasão e fracasso escolar, tão freqüentes nas escolas da rede pública.

Mais ainda nos observa J. Donzelot: que é entre as duas linhas estratégicas onde se tece a "trama obsedante da promoção". Esta,

"... fornecerá os traços característicos da pequena burguesia com seus sobre-investimentos na vida familiar, seu sentido de economia, seu fascínio pela escola, sua busca de tudo o que pode fazer dela um bom "ambiente."21

Assim, o alimento necessário a um apetite compulsivo de ascensão social.

Para finalizar, quero deixar aqui registrado que, nos períodos históricos que tomei como referência, ou seja, Brasil Colônia (etapa escravista subordinada à política mercantilista colonial) e Brasil Império (etapa escravista subordinada ao capitalismo mundial), segundo informação de Manoel Maurício, as práticas de organização familiar da massa escrava deveriam manter-se, como um núcleo da ordem,

"... na medida em que a exigência [por exemplo] de um casamento cristão dificultava as operações de compra e venda de que era objeto a propriedade escrava."22

"Arcaísmo necessário", que na explicação de J. Donzelot

"... é portanto mantido o tempo necessário para ser desviado dos conjuntos sociais em que era peça funcional, para ser conectado em novos dispositivos como... o aparelho escolar, os mecanismos de prevenção."23

O que nos permite concluir com Jurandir F. Costa²⁴ pela permanência do padrão familiar dos escravos, que deveriam continuar obedecendo ao código punitivo, procedi

mento histórico que parece ter forjado a ferro e fogo a figura antimitelo.

E é neste código punitivo onde se inscrevia dentro da típica casa-grande brasileira a fórmula "cada coisa no seu lugar, a cada um o seu serviço". Na hierarquia traçada pela divisão social do trabalho, no caso dos escravos domésticos estava prescrito: "cada macaco no seu galho." Assim o Sr. Sérgio D.T. de Macedo alude a um conjunto de especializações quando escreve:

"... Havia um mundo de escravos que ia desde as mucamas arrumadeiras, mulatas bonitas e dengosas, que levavam aos quartos as grandes bacias de cobre e os largos jarros de ãgua quente e fria para as abluções da manhã, até os copeiros que serviam a mesa e os molequinhos cuja missão era conservar brasas acesas para os cigarros e charutos."25

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (CAPÍTULO III)

- ¹TOURNIER, Michel. Sexta-feira ou Os limbos do Pacífico. São Paulo, Difel, 1985. p. 61.
- ²POMPÊIA, Raul. op. cit., p. 22.
- ³BOHOSLAVSKY, Rodolfo. op. cit., p. 28.
- ⁴NIETZSCHE, Frederico. op. cit.
- ⁵ARIËS, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. p. 29.
- ⁶CANETTI, Elias. Massa e poder. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos; (Brasília): Ed. Universidade de Brasília, 1983. p. 321.
- ⁷Ibidem, p. 315-6.
- ⁸Ibidem, p. 317-8.
- ⁹CANETTI, Elias. op. cit., p. 315.
- ¹⁰PLATÃO. A República; Diálogos III: Rio de Janeiro, Tecno-print, s. d. p. 77. (Coleção Universidade de Bolso).
- ¹¹FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. op. cit., p. 58.
- ¹²BOHOSLAVSKY, Rodolfo, op. cit., p. 97.
- ¹³TOURNIER, Michel. op. cit., p. 59-61-2.
- ¹⁴POMPÊIA, Raul. op. cit., p. 39.

- ¹⁵ Ibidem, p. 32.
- ¹⁶ Citado por BOHSLAVSKY, Rodolfo. op. cit., p. 67.
- ¹⁷ POMPÉIA, Raul. op. cit., p. 24.
- ¹⁸ GUIRADO, Marlene. Menor: o grande excluído. Psicologia, ciência e profissão. Brasília, Conselho Federal de Psicologia, 4(1): 35-38, 1984. p. 37.
- ¹⁹ SOLIS, Sidney Sérgio F. & RIBEIRO, Marcus Vinício T. O Rio onde o sol não brilha: acumulação e pobreza na transição para o capitalismo. Revista Rio de Janeiro. Niterói, UFF. Departamento de História, 1(1): 45-59, set./dez. 1985. p. 46.
- ²⁰ Ver DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. Rio de Janeiro, Graal, 1980, 209 p.
- ²¹ Ibidem, p. 88.
- ²² ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de. op. cit., p. 40.
- ²³ DONZELOT, Jacques. op. cit. p. 86.
- ²⁴ COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro, Graal, 1983. 282 p.
- ²⁵ FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. op. cit., p. 476, nota: 100.

CAPÍTULO IV

O GOVERNO DA FAMÍLIA

Na forma grafada do registro da lei, lia-se:

"A lei portuguesa autorizava o pae de família a castigar e prender os seos familiares. ... A pena não averá lugar em quem castigar o criado, ou discípulo, ou sua mulher, ou seo filho, ou seo escravo (Ord. liv. 5 tit. 36 §1) ... A pena não averá lugar no que en carcerar seo filho-famílias, ou escravo pelo castigar e emendar de más manhas, porque em tal cazo os poderá prender (Ord. liv. 5 tit. 95 §4)."¹(grifo meu).

No entanto, cúmplice no silenciar da voz da justiça do governo do Estado português, a autoridade parental outorgada pela lei - os colonos da terra do pau-brasil - entendia seu poderio àqueles colocados sob seu imediato regime de força, intensificando-o.

Assim, constituído como um direito consuetudinário, exercia-se de fato o direito de vida e morte, privilégio derivado formalmente da antiga "pátria potestas" que

"... concedia ao pai de família romano o direito de "dispor" da vida de seus filhos e de seus escravos; podia retirar-lhes a vida já que a tinha "dado"."²

Práticas de homicídio, que não raras vezes ocorriam em relação aos filhos, se sucediam como fato frequente nos corpos flagelados dos escravos, sustentadas pelo pensamento dominante, que assim as abonavam:

"... a autoridade receiava processar e punir os autores desses omicídios, porque julgava assim prejudicar a instituição servil, considerada indispensável base econômica da sociedade, que a realeza encaminhava e dirigia no paiz, que buscava civilizar. Casti -

gar um senhor de escravos por matar um d'estes entes miseráveis, seria estímulo incitador da insubordinação dos oprimidos e causa da decadência da servidão..."³

Logo, a utilização desses procedimentos jurídicos particulares possuía uma eficácia que excedia de muito a das distantes Ordenações do Reino.

Imagens dessa cena se materializaram nas casas - grandes de engenho que, completadas com a capela e a senzala, eram edificadas nos tempos coloniais como equipamento de tecnologia política.

Movimentos expansionistas do colonialismo português apontavam como problema, em função da transformação da agricultura em atividade econômica fundamental, a valorização e ocupação da terra - propriedade jurídica do Estado.

Como solução colonizadora, procedeu-se a doações na forma de sesmarias, sob a condição da obrigatoriedade do seu cultivo e da defesa militar do território apossado, com exigências suplementares, tais como: ser o beneficiário católico, efetuar o pagamento de dízimos e, necessariamente, ter as condições financeiras para o investimento.

Verificados esses quesitos, eram os virtuais senhores de engenho considerados aptos, pela capacidade demonstrada no acionamento do respectivo equipamento.

O processo que se seguia era o assentamento dos alicerces, e assim se fazia:

"Um colono fundava com mulher e escravos o seu estabelecimento rural; vinham os filhos, os filhos cazavam e seguiam o exemplo do progenitor,

ao redor do qual formava-se um núcleo, de que constituía-se xefe por força das couzas: filhos, genros, noras, netos, escravos, todos reconheciam a autoridade d'esse xefe, isto é, o poder parental. Esse omem, rezidente em lugares distantes da séde da autoridade, governava por si a família assim formada. Ele fazia com que toda gente de sua sequela cumprisse para com a autoridade pública os deveres de membros da sociedade civil. Eram pequenos barões feudais, que erguiam-se no paiz ainda em selvas."4 (grifos meus)

Tem-se também documentada a narrativa de uma ocorrência de homicídio por parte de um fazendeiro potente de nome Pedro Vieira, que mandara assassinar seu filho.

"Dizia a voz pública, que a cauza d'esta desgraça foi uma amazia que tinha o velho, e que desconfiando que o filho a pretendia, mandou-o por isso matar..."5

Na afirmação do direito de governar essa família, concluía Pedro Vieira que

"... o não deveriam embargar preceitos esquecidos nos códigos, apenas para apreciação dos legistas"6,

argumentando em sua defesa, tratar-se de mando divino.

No caso, a "apreciação dos legistas" restabeleceu o direito que lia na condição social do senhor de engenho, como nos conta o Padre Carlos Augusto Peixoto d'Alencar, padre coadjutor naquela localidade e relator do fato:

"Dahi a um mez, pouco mais ou menos, veio o juiz de fôra, um tal de Xavier, instaurar o processo; aboletou-se em um engenho vizinho na distância de 1 légua, e Pedro Vieira, de público no seo, não teve uma Ave-Maria de penitência."7

O poder quase discricionário que coloca a família na posição de sujeito de governo - distribuição inter-

na de seus poderes àqueles que deviam obrigação a seu chefe - é, para J. Donzelot⁸, a parte ativa e a contrapartida da responsabilidade sócio-política atribuída ao governante da família para, frente aos aparelhos centrais, na posição então de objeto de governo, enquanto incrustada em relações de dependência, garantir a ordem contra a proteção e o reconhecimento da situação de que se beneficia.

A aglutinação do núcleo familiar em torno da figura central do pai de família, como um entrelaçamento de um complexo de relações de dependência e de pertinência, expressava o funcionamento de um poderoso fator de coesão do grupo parental, como notou Alcântara Machado:

"Que vale sozinho, o indivíduo, num ambiente em que a força desabusada constitui lei suprema? ... Para não sucumbir, tem de congregar-se aos que lhe são vizinhos pelo interesse e pelo sangue. É a necessidade de defesa que faz da família colonial um corpo estável e homogêneo. Organização defensiva, o agrupamento parental exige um chefe que o conduza e governe à feição romana, militarmente."⁹ (grifos meus)

O que não nos permite, no entanto, caminhar na direção proposta por Jurandir F. Costa que indica a "solidariedade da família colonial" como "fator inibidor da individualidade". Argüindo a partir da figura do pai como "princípio de unidade", donde "o afastamento emocional do homem para com o resto da família" enquanto autoridade temida, e, da infiltração na casa colonial do grupo de escravos domésticos "estranho ao núcleo familiar", considera estes dois fatores como facilitadores da "dispersão do sentimento de intimidade". E, remetendo-se a P. Ariès em seu

estudo histórico sobre a emergência do "sentimento de família", deixa em aberto se no caso brasileiro "ele sempre existiu e foi mantido atrofiado".¹⁰ (grifos meus)

Assim, afirma que:

"Os membros da família antiga eram destituídos daquilo que poderíamos chamar moderna - mente de "profundidade psicológica".¹¹ (grifo meu)

Logo, conclui:

"O indivíduo introspectivo voltado para a descoberta de sua verdade interior era uma figura excepcional no mundo colonial."¹² (grifo meu)

Não pretendo com isso, observa Jurandir, negar que:

"O indivíduo colonial possuía, indubitavelmente, ... sentimentos, desejos e aspirações personalizadas."¹³

O que quero discutir dessa série de referências citadas são alguns pressupostos que penso sustentam a linha histórico-genealógica, colocando-nos atentos à perspectiva de uma falsa continuidade que diluiria a marca singular do acontecimento. Como se os desejos guardassem sua direção, na espera monótona de um certo saber psi que viesse iluminar sua verdadeira finalidade, sua possível eficácia.

Do ensinamento de Nietzsche entendemos que "a força" - categoria utilizada em oposição à idéia de sujeito como causa eficiente - sempre se manifesta como tal, enquanto uma quantidade de instinto, de vontade, de ação; mais precisamente, que:

"... não há um ser por detrás do ato; o ato é tudo."

Alerta-nos Nietzsche que o erro se dá quando

"... [se] distingue entre o raio e o seu esplendor como uma ação do sujeito raio, assim ... [se] distingue entre a força e os efeitos da força, como se detrás do homem... houvesse substratum neutro que fosse livre para manifestar ou não a força. Mas não há tal substratum..."¹⁴

Logo, concepções como "estar atrofiado" ou "ser destituído" estariam, parece, no campo dos falsos problemas, porque enredadas em dicotomias do tipo ser e agir; enquanto atrofiado, não está sendo embora já seja e, enquanto destituído, já foi e se perdeu, talvez na perspectiva de um "ideal-tipo" - que possui em si uma função essencial pre estabelecida - expressão futura de um tempo que está por vir.

Não duvidamos que o indivíduo colonial "possuísse" sentimentos, desejos e aspirações, na medida em que, com certeza, habitava um modo de subjetivação de sua época; é poca esta em que, no entanto, não se encontra programado como dispositivo os mecanismos que fazem funcionar uma "fábrica de interiores"¹⁵, onde o produto "individualidades" viesse a estar à venda no mercado.

O que se impõe, parece-me, no sentido de trilhar a positividade do acontecimento, naquilo que efetivamente ele pôde ser e que aponta para a compreensão de sua eficácia, é recolocar a noção de desejo nos termos propostos por Spinoza e Deleuze embutindo-o a partir daí na categoria de força e verificando seu modo de funcionamento que é ao mes

mo tempo sua condição de possibilidade.

"O desejo é o fato de que os mecanismos giram, de que os encadeamentos funcionam, de que as virtualidades se realizam" ou

"O desejo é o conjunto de afetos que se transformam e circulam num encadeamento de simbiose..."¹⁶

Neste contexto, a afetividade (no sentido de afecção: afetar e ser afetado) é a "marca do nosso interesse pelas coisas", donde

"... a realidade objetiva social comporta o fato de que os indivíduos se interessam por ela e a fazem funcionar".¹⁷

Imediatamente, os elementos correlatos, conduta e mentalidade se articulam e compõem a prática.

Logo, o regime colonial não seria uma realidade objetiva se não comportasse uma mentalidade colonialista que o faz funcionar.

Nesta via cai por terra como falso problema a dicotomia indivíduo x sociedade, sustentada na medida em que se polariza enquanto duas realidades exteriores, admitindo-se que uma causa a outra, pois a causalidade supõe a exterioridade.

Apostamos apenas na conclusão indicada por Juran dir F. Costa de que a descoberta de uma verdade interior não era questão no regime colonial, porque, como afirmar a existência de uma figura; existência sem rosto - não objetivada? Sobrevive apenas como uma palavra:

"... uma noção que não se traduz em nada de efetivo..."¹⁸

O mesmo, no entanto, não acontece em referência ao aludido fator de inibição - a solidariedade da família -, que parece apontar para a possibilidade de um engano praticado então por um poder cego e, porque: O que estaria sendo inibido? O sujeito que preexistiria à sua objetivação? A individualidade, que, em sua "profundidade psicológica" é emergência, reconhecida pelo autor, da modernidade? Como alguma "coisa" que não se atualizou, não se objetivou - "o pensamento que ... [visa] explicar o fato psíquico, psicologicamente"¹⁹ - poderia ser "amputada na raiz", se naquele momento não tem as condições de fertilidade?

Como assinala Bergson:

"... sempre persiste a convicção de que mesmo que não tivesse sido concebida antes de se produzir, poderia ter sido, e que neste sentido ela figura, desde toda a eternidade, como possível, em alguma inteligência real ou virtual."²⁰

Da mesma forma, compreendemos que os escravos do mestiços não se constituíam como corpo "estranho" ao núcleo familiar, na medida em que eram peça funcional no mecanismo de solidariedade.

Reafirmando questões discutidas anteriormente no sentido de trilhar a positividade do acontecimento, perseguindo sua eficácia, entendo a "solidariedade da família" como um dispositivo que faz funcionar a instituição familiar constituída em sua configuração de massa molecular - extensão do poder e nome paternos - como agente de reprodução da ordem que se quer eternizar.

Recorrendo a E. Canetti na sua indicação de uma "unidade de ação" antiga, designada malta, vemos que

"... qualquer indivíduo [que integra este grupo]... se transforma no incremento insubstituível ... dentro da economia global do grupo."21 (grifo meu)

Esse agrupamento de malta expressa assim, com densidade máxima, seu sentimento de unidade, decorrendo que:

"Mais forte que o sentimento que uma pessoa tem como ser individual quando não está agindo em sua malta [indivíduo como aquele que se destaca da massa], continua sendo o sentimento da própria malta ... todos possuídos pela mesma meta [no] caráter imperturbável de sua direção...: talvez a visão de um animal que querem abater."22 (grifos meus)

Esse sentimento decisivo nesta forma primitiva de grupalidade, além de nos remeter para o fator de coesão no funcionamento expresso por Alcântara Machado, parece servir como matriz do sentimento de solidariedade da família colonial.

Tal dispositivo, nesse sentido, se diferenciaria do "sentimento de família" estudado por P. Ariès enquanto movimento de privatização da vida familiar, onde:

"A família tornou-se o lugar de uma afeição necessária ... Essa afeição se exprimiu sobretudo através da importância que se passou a atribuir à educação. Não se tratava mais apenas de estabelecer os filhos em função dos bens e da honra. Tratava-se de um sentimento inteiramente novo..."23

É assim, no funcionamento do mecanismo de solidariedade, na posição então de agente de reprodução da or

dem estabelecida, que a família se fixa como credor na relação com os seus membros. Cumpre-se desse modo a harmonia entre a ordem da família e a ordem estatal.

No governo da família, esta se constitui como indica J. Denzelot

"... na menor organização política possível ... que organiza os indivíduos em torno da posse de uma situação (ao mesmo tempo profissão, privilégio e status) outorgada e reconhecida por setores sociais mais amplos."24

O valor político emprestado à família vai implicar uma arte de governar que, para ser adequada, exige uma atenção relativamente aos movimentos de associação familiar com a conseqüente fixação dos indivíduos na rede de interesses do corpo latifundiário e patriarcal, imprimindo a majoração de sua potência.

Vejamos algumas práticas desta gestão, que evidenciam a série de axiomas que regiam o sistema das alianças e filiações.

Além do direiro de punição, já referido, podia o chefe da família utilizar seus filhos em operações direcionadas a majorar a importância da sua situação. Assim, era determinado a quem seria destinada a perpetuação do patrimônio.

Um dos meios legais de que dispunha era o regime sucessório de bens, ratificado na instituição do morgadio, que, segundo Jurandir F. Costa

"... determinava que o primogênito homem, o morgado, fosse o único herdeiro da propriedade. Por meio desta lei, as riquezas con-

tinuavam indivisas, favorecendo a continuidade do poder paterno."²⁵

Da posição de instrumento privilegiado que ocupava o filho mais velho, articulada ao prestígio do homem feito, afigura-se o fenômeno de adultização indicado por Gilberto Freyre.

Conta-nos ele que

"... os meninos, [eram] uns homenzinhos à força desde os nove ou dez anos... Tirado o retrato de primeira comunhão, de sobrecasca preta e botinas pretas ou borzeguins ... estava a criança rapaz... Seu traje, o de homens feitos. Seus vícios, os de homens. Sua preocupação, sifilizarem-se o mais breve possível, adquirindo as cicatrizes gloriosas dos combates com Vênus..."²⁶ (grifos meus)

A cerimônia da primeira comunhão e as "cicatrizes" da iniciação sexual aparecem aí como ritos de passagem.

Colocado na situação de "párvulo" - expressão portuguesa designativa de pequenino tolo - era o menino, enquanto considerado tal, fixado numa relação de antagonia, a grande distância do homem. Acrescenta G. Freyre:

"A grande distância do elemento humano..."²⁷

No propósito de se romper tal antagonismo, acelerando-se o processo de humanização, encurta-se a meninice.

"Quebram-se logo as asas do anjo."

Essa expressão utilizada por G. Freyre vem reafirmar a posição de anjo, valor advindo da função espiritual da criança até a idade de 6 ou 7 anos.

A idealização dos "anjinhos" derivaria, segundo ele, provavelmente, dos jesuítas.

"... do seu afã de neutralizar o rancor dos índios contra os brancos e particularmente contra eles, padres, diante da grande mortalidade de culuminzinhos que se seguiu aos primeiros contatos dos dominadores europeus com a população nativa."²⁸

"... do número alarmante de crianças índias que a morte levou no século XVI, [eles] teriam espalhado, para consolo das mães e no interesse da catequese, que era "uma felicidade": os pequenos iam para o céu."²⁹

O relato de Abel du Petit-Thouars, visitante do Brasil no 1º Império, confirma a prática de festejar, no culto à morte de um menino:

"... vi, no fundo da sala, um estrado sobre o qual estava disposto no altar uma criança, cercada de lírios e vasos com flores; tinha o rosto descoberto e estava ricamente vestida, tendo na cabeça uma coroa de sem - pre-vivas e um ramo na mão. Em volta do altar com o meninozinho morto, esteiras; e ajoelhadas sobre as esteiras, mulheres em trajes de festa, cantando. Depois houve até danças alegres."³⁰

No mesmo sentido está a observação de Luccock, que conta ter ouvido, num enterro de anjo no Rio de Janeiro, a mãe exclamar:

"Oh, como sou feliz! Como sou feliz! Morreu-me o último filho! Como sou feliz! Agora quando eu morrer e for para o céu não deixarei de entrar: lá estarão meus cinco filhinhos para me arrastarem para dentro agarrados às minhas saias: Entra, mãe! Entra!"³¹

Esse gênero de volúpia era abençoado por esta sociedade hegemonicamente cristã, onde a alma das crianças ganhava em importância na meta da salvação, em relação aos seus débeis corpos.

Frente ao comprovado índice de mortalidade infantil, nenhum indício de uma vontade de conservação. Ao contrário, o que valia era a vida após a morte e seus efeitos para aqueles que aqui permaneciam: os vivos que se cuidassem!

Segundo Jurandir F. Costa³², a criança enquanto "signo de pureza e inocência" encarnava o "modelo de perfeição espiritual" servindo de "exemplo e correção à alma pecadora do homem".

A verdade é que perder um filho pequeno não era problema para a família patriarcal. Conclui G. Freyre:

"Viria outro. O anjo ia para o céu. Para junto de Nosso Senhor, insaciável em cercar-se de anjos. Ou então era mau-olhado. Causa-feita. Bruxedo. Feitiço. Contra o que só as fígas, os dentes de jacaré, as rezas, os tesconjuros."³³

Mas essa atitude de adoração do menino-anjo, observa G. Freyre³⁴, era até ele atingir a "idade teológica da razão". A partir daí até os dez anos, ele passava a menino-diabo.

É o que nos conta o herói das Memórias Póstumas de Brás Cubas:

"Desde os cinco anos merecera eu a alcunha de "menino-diabo". Por exemplo, um dia quebrei a cabeça de uma escrava, porque me negara uma colher do doce de coco que estava fazendo, e, não contente com o malefício, dei um punhado de cinza ao tacho, e, não satisfeito da travessura, fui dizer à minha mãe que a escrava é que estragara o doce "por pirraça"; e eu tinha apenas seis anos. Prudêncio, um muleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de

freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava-lhe voltas a um e outro lado, e ele obedecia - algu - mas vezes gemendo - mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um - "ai,nhonhô!" - ao que eu retorquia: - "Cala a boca besta!" "... e outras muitas façanhas deste jaez e ram mostras de um gênio indôcil, mas devo crer que eram também expressões de um espírito robusto, porque meu pai tinha-me em grande admiração."³⁵ (grifos meus)

Diversas diabruras, imagens ainda vivas nos lugares do interior ou nas favelas das cidades, alegravam os meninos, como o jogo de pião e o brinquedo de empinar papagaio. Daí as expressões "lascar-se o pião" ou "comer-se o papagaio" do outro.

"... papagaio alheio é destruído por meio de lasca, isto é, lâmina de vidro ou caco de garrafa, oculto nas tiras de pano do rabo."³⁶

Outros, como o "jogo do beliscão", ficaram esquecidos nos salões coloniais, restando-nos a leve lembrança da melodia que era com ele entoada.

"Uma, duas angolinhas
Finca o pé na pampolinha
O rapaz que jogo faz?
Faz o jogo do capão.
Ô capão, semicapão,
Veja bem que vinte são
E recolha o seu pezinho
Na conchinha de uma mão
Que lá vai um beliscão...
E ía mesmo o beliscão em quem fosse atingi
do na roda por "lá vai o beliscão."³⁷

"Malvadezas" como estas não eram perdoadas pelo padre-mestre Lopes Gama. Na sua obra O Carapuceiro repudiava a atitude tolerante e estimuladora por parte dos pais, contando que

"Pelos nossos mattos (com poucas e honrosas exceções) é lastimosa a educação dos meninos. Ali o primeiro divertimento que se lhes dá é uma faquinha de ponta; e assim como no século da cavalleria andante os paes de bom tom armavam cavalleiros os seus filhos, apenas estes começavam a ensaiar os passos, e os beatos vestiam de fradinho os seus pequenos, assim muitos dos nossos matutos armam cavalleiros da faca aos seus filhinhos, logo que estes podem enfiar-se em uma ceroulinha."38

Mas essa "tolerância" restringia-se a momentos em que se fazia vista grossa, porque essa criança, tratada de resto e diferenciada por sua cabeça rapada a navalha - no combate aos piolhos -

"... os cachos do tempo de anjo guardados pela mãe ... no fundo da gaveta da cômoda ou oferecidos ao Senhor dos Passos, para a cabeleira de dia de procissão"39

e que em presença dos mais velhos devia manter-se calada; ela que ao pai devia chamar "senhor pai" e à mãe "senhora mãe",

"... a liberdade de chamar "papai" e "mamãe" era só na primeira infância."40

tinha o seu corpo, depois do escravo e do moleque "leva-pancada", como o mais castigado dentro de casa.

Supondo-se esse corpo recheado

"... do instinto de todos os pecados, com a tendência para a preguiça e a malícia."41

suas forças eram dobradas para se forjar as virtudes do adulto, a custo da utilização de instrumentos da tecnologia educacional da época, acoplada ao regime do suplício. Iam desde

"... as várias espécies de palmatórias, pe-

dagógicas e domésticas - a pele de cação, a de jacarandá e a maior para os valentões, de gramari -, a vara de marmelo, às vezes com alfinete na ponta, o cipô, o galho de goiabeira, o muxicão, o cachação, o puxa-vante de orelha, [até] o beliscão simples, o beliscão de frade, o cascudo, o cocorote, a palmada."⁴²

A queixa do padre-mestre Lopes Gama - figura do educador que predominou depois da saída dos jesuítas (séc. XVII) - embora possa se situar como um dos pontos da linha de desconstrução do poder patriarcal, parece se justificar neste momento na posição de uma autoridade interessada na educação dos meninos e preocupada com as exigências de uma pedagogia teológica.

Fazendo funcionar o código punitivo que tem como mecanismo a repressão, assim procedia no ensino da caligrafia:

"Preparados os bicos das penas de ganso (o mestre gastava horas e horas em aperfeiçoar este instrumento da escrita), começava a tortura - o menino com a cabeça para o lado, a ponta da língua de fora, numa atitude de quem se esforça para chegar à perfeição; o mestre, de lado, atento à primeira letra gótica que saísse troncha. Um errinho qualquer - e eram bordoadas nos dedos, beliscões pelo corpo, puxavante de orelha..."⁴³ (grifo meu)

Abrindo um parêntese: o termo "puxavante" me deixou interessada no sentido de talvez conhecer a descrição desta ferramenta pedagógica da época. Recorri ao "Aurélio" tentando substantivar esta expressão. Dois sentidos estavam fixados:

"instrumento com que o ferrador apara os cascos dos animais antes de os ferrar; [e,

num uso brasileiro] pedal articulado com a manivela de um torno."

Desisto de intensificar este meu interesse certa de que o que ele gera como problema é questão de uma subjetividade moderna assustada com a possibilidade de uma máquina de tortura se constituir em ferramenta pedagógica.

O estranhamento diante de objetos tão aceitos!

Chama a minha atenção a advertência feita por J. J. Roquette, autor de um Código do Bom-Tom - Paris, 1845:

"A sociedade tem também sua grammática."⁴⁴

Lembrando Caetano Veloso que pergunta

"O que quer, o que pode essa língua?"⁴⁵

me decido pelo entendimento do dispositivo da ordem, que serve de veículo à vontade da voz que ordena.

As ordens compõem grande parte do repertório do que quer a educação.

Desviada do seu curso biológico, onde, segundo E. Canetti⁴⁶, a ordem entendida como "uma sentença de morte obriga a vítima à fuga", no seu projeto de domesticação - "transformada numa promessa de alimento: promete-se o que toda criatura deseja em primeiro lugar" - educa homens e animais para uma espécie de "cativeiro voluntário", estando expressas as punições em caso de desobediência e impresso o terror da ameaça.

A obediência a quem ordena e o acatar as proibições se fundem num amálgama, no aprendizado do como comportar-se a partir da compreensão do que se espera do recep -

tor afetado pela ordem.

Nessa medida, é próprio da ordem "não admitir réplica".

"Ela não deve ser explicada, discutida ou colocada em dúvida (uma ordem é uma ordem). É clara e concisa já que deve ser entendida imediatamente"⁴⁷

fazendo corresponder uma obediência incontinenti.

O processo de transmissão de ordens é a história da produção de marcas.

"Cada cicatriz tem uma história, é a marca deixada por uma determinada flecha... O poder emite ordens como uma nuvem de flechas mágicas: as vítimas que são atingidas por elas se oferecem ao todo poderoso, chamadas, tocadas e conduzidas por essas flechas"⁴⁸ (grifo meu)

Essa marca cicatriz é o elemento da ordem designado por E. Canetti de "agulhão", que permanece dentro de quem a cumpre, contendo inalterável o conteúdo da ordem. Como "uma réplica em ponto pequeno", é das configurações psíquicas, segundo ele, a menos mutável.

A partir da afirmação de E. Canetti de que

"O homem "livre" é somente aquele que aprendeu a se desviar das ordens..."⁴⁹

ele nos coloca o seguinte problema:

"É preciso encontrar meios e caminhos para manter-se livre dela a maior parte do ser humano. Não se deve permitir que ela produza mais do que pequenos arranhões na pele. Seus agulhões devem transformar-se em meros espinhos que podem ser eliminados com um simples gesto"⁵⁰ (grifo meu)

Então, continuemos a buscar o entendimento deste

dispositivo.

E nos chama a atenção E. Canetti do fato de a or
dem

"... provocar uma ação... cuja direção está determinada, é tudo o que importa na or -
dem... Ela também pode ser fixada para mais
tarde, mas deve estar determinada."51 (gri-
fo meu)

Sugere-nos R. Bohoslavsky que "uma história su -
cinta da Orientação Vocacional poderia ser escrita sobre
a descoberta sucessiva da instância vocante e a índole do
vocado", indicando que

"No momento religioso pré-científico, o vo-
cante é Deus e o vocado, a alma posta a seu
serviço."52

O ato de chamar, designativo do termo vocação se
gundo mestre Aurélio, vai exigir então a figura do arquei-
ro.

Nos tios-padres e nos capelões de engenho subor-
dinados ao pater-famílias, o modelo do guia espiritual, a
indicação daqueles que podem perdoar, impregnando de reli-
giosidade a justiça familiar sustentada na série de proibi-
ções.

Aquele que escuta será o dono do perdão, o con -
fessor da mulher, que na sua vida de reclusão, enquanto re-
produtora dos bens do marido, tem neste contato sua única
"saída" permitida porque prescrita no código cristão no qual
se insere o tipo de sociedade católica como a brasileira.
Porque cabe ao pastor zelar por seu rebanho conduzindo-o à
salvação, já é sabido.

Na determinação daquele que seria o filho-padre fazia-se funcionar o mecanismo de captação de religiosos para o interior da família.

Nos tempos coloniais, critérios se estabeleceram na seleção dos pretendentes ao lugar de guia espiritual.

Relata G. Freyre:

"... o hábito das mulheres... fazerem promessas... no sentido de um parto menos doloroso ou de um filho são e bonito. Atendido o pedido por Nossa Senhora, pagava-se a promessa, consistindo em [a criança] estudar para padre; em tornar-se freira;"⁵³ (grifo meu)

"... era costume entre as famílias paulistas, dedicarem à carreira sacerdotal o filho que maiores pendoros manifestasse pelas cousas intelectuais."⁵⁴ (grifo meu)

"Entre os privilégios negados à gente de cor achava-se o sacerdócio; por esse motivo grande empenho faziam as famílias de avoengos mais respeitáveis em ter entre seus membros, padres ou religiosos; era uma prova de pureza de sangue."⁵⁵ (grifo meu)

O sacerdócio, que na expressão de G. Freyre foi uma "espécie de aristocracia branca, exclusivista e fechada", teve no racismo uma das peças mestras, pois fazia de-
ter na família branca o privilégio da palavra divina.

Posição esta defendida de forma incisiva pelo pro-
curador do Estado do Maranhão, em 1654, Manuel Guedes Aranha:

"Si os nobres nos paizes civilizados são ti-
dos em grande estima, com maior razão devem
ser estimados os homens brancos em paiz de
hereges; porque aquelles creados com o lei-
te da Igreja e da fé cristã... sabido é que
diferentes homens são próprios para diferen-
tes coisas nós (brancos) somos próprios pa-
ra introduzir a religião entre eles (índios
e pretos); e elles adequados para nos ser-
vir, caçar para nós, pescar para nós, traba-
lhar para nós."⁵⁶

A afirmação do regime da ascendência impunha uma
prática rigorosa na administração das alianças enquanto dis

positivo matrimonial, de fixação e desenvolvimento dos parentescos.

Assim,

"... os casamentos tão freqüentes no Brasil desde o primeiro século da colonização, de tio com sobrinha; de primo com prima. Casamentos cujo fim era evidentemente impedir a dispersão dos bens e conservar a limpeza do sangue de origem nobre e ilustre..."⁵⁷ (grifo meu)

Da mesma forma os casamentos não consanguíneos, com maridos da escolha e da conveniência exclusiva do pai, desempenhavam o papel na transmissão ou na circulação de riquezas, através da instituição do "dote", ao mesmo tempo que apertavam os laços de solidariedade da família em torno do patriarca.

Como o menino, celebrada a primeira comunhão, as meninas deixavam de ser crianças

"... tornavam-se sinhã-moças."⁵⁸

No processo de adultização imprimia-se o valor das alianças, como observou no séc. XVII o viajante François Co real:

"... la fleur de virginité doit se cueillir... dans les premières années, afin qu'elle ne se flétrisse pas... fort ordinaire aux mères de questionner leurs filles sur ce qu'elles son capables de sentir à l'âge de douze ou treize ans & de les inviter à faire ce que peut émuusser les aiguillons de la chair."⁵⁹

O que, transposto para o folclore brasileiro, resultou em quadrinhas do tipo:

"Meu São João, casai-me cedo,
Enquanto sou rapariga,

Que o milho rachado tarde
Não dê palha nem espiga."⁶⁰

E no período de interstício até se concretizar o casamento, o patriarca procedia de modo punitivo, impondo barreiras e abolindo, de fato, quando julgasse necessário, as condutas proibidas.

"Si a moça infeliz deixava-se seduzir por pessoa considerada de ínfima condição tinha morte infalível para vindicar a onra da família, e si a execução se não fazia em praça pública, efetuava-se de modo que todos sabiam. Suprimia-se o objeto da desonra para restabelecer a fama da família."⁶¹ (grifo meu)

Na mecânica do poder, o direito consuetudinário também aqui lograva êxito, ficando o delito sem punição por parte da autoridade pública.

E não adiantava ir "reclamar ao bispo", expressão que se vulgarizou, sem no entanto resultar em qualquer efeito contrário, porque a igreja que agia na formação brasileira era a capela do engenho.

Linhas de fuga só foram traçadas pelas moças chamadas "as românticas do rapto":

"Ocorreu a fuga bem na véspera do seu casamento com ilustre bacharel da escolha dos pais. Estes ofereceram logo ao noivo ludibriado a mão de outra filha, que foi imediatamente aceita. De modo que o casamento realizou-se tranqüilamente sem outro incidente que o perturbasse."⁶²

Comenta assustado o redator de "Retrospecto Semanal" do Diário de Pernambuco, a 31 de julho de 1854⁶³

"...tem-se tornado tão frequentes entre nós os casamentos pelo rapto e acompanhados de tanta immoralidade que espantam e fazem temer aquelles que olham para a família como

o fundamento da sociedade. Moças (e até moços!) teem havido que, sendo menores são rap-
tados da casa de seus paes e d'ahi a pouco
estão casados sem a intervenção do consenti-
mento paterno!" (grifo meu)

E notando a intrusão da magistratura do Império,
observa:

"Outras vezes apparece o supprimento desse consentimento dado por juizes... que mesmo contra as leis o concedem por entenderem que para se realizar um casamento tudo se deve fazer. E qual o resultado de tão graves abusos? O enfraquecimento da autoridade paterna, a dissolução dos mais poderosos vínculos da família e consequentemente a desmoralização e o aniquilamento da sociedade." (grifo meu)

Sinal de novos tempos!

Porque nos tempos coloniais, só por morte, o colono fundador de uma família perdia o poderio sobre a sua descendência. Nesse sentido, logo se apressava em mandar lavrar seu testamento, com a indicação precisa dos descendentes legítimos de forma a ter garantida a continuidade do foco hegemônico.

Além dos critérios de herança, raça e credo, títulos de nobreza eram portados como insígnias, instrumentos de afirmação de poder outorgados pela justiça del-Rei.

"Colonos de origem elevada aqui se desprestigiaram, vencidos na competição em torno das melhores terras e do maior número de escravos agrários. Nos princípios do Séc. XIX Martim Francisco conheceu no interior da capitania de São Paulo homens de procedência nobre exercendo officios mecânicos como se fossem plebeus. Prejudicados portanto em sua qualidade de nobres, pois as leis do reino derrogavam em tais casos os foros de nobreza."⁶⁴ (grifos meus)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (CAPÍTULO IV)

- ¹ARARIPE, Tristão de Alencar. Pater-famílias no Brasil nos tempos coloniais: memória lida em sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 4 de setembro de 1880. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 55:15-23, p. 18. xerox.
- ²FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I, op. cit., p. 127.
- ³ARARIPE, Tristão de Alencar, op. cit., p. 19.
- ⁴Ibidem, p. 18.
- ⁵Ibidem, p. 22.
- ⁶Ibidem, p. 23.
- ⁷Ibidem, p. 22.
- ⁸DONZELOT, Jacques, op. cit.
- ⁹Citado por LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. s. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1986, p. 66; nota 19.
- ¹⁰COSTA, Jurandir Freire, op. cit., p. 79-98.
- ¹¹Ibidem, p. 96.
- ¹²Ibidem, p. 96-7.
- ¹³Ibidem, p. 97.
- ¹⁴NIETZSCHE, Frederico. A genealogia da moral, op. cit., 1º ensaio. p. 37.
- ¹⁵Ver BAPTISTA, Luis Antonio dos S. Algumas histórias sobre a fábrica de interiores. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 1987.
- ¹⁶VEYNE, Paul Marie, op. cit., p. 166 e 197: nota 122.

- ¹⁷ Ibidem, p. 197: nota 122.
- ¹⁸ Ibidem, p. 159.
- ¹⁹ COSTA, Jurandir Freire, op. cit., p. 97.
- ²⁰ BERGSON, Henri. O pensamento e o movente. In: _____.
Cartas, conferências e outros escritos. 2. ed. São Paulo,
Abril Cultural, 1984, p. 107 (Os Pensadores).
- ²¹ CANETTI, Elias, op. cit., p. 101.
- ²² Ibidem, p. 102.
- ²³ ARIÈS, Philippe, op. cit., p. 11-2.
- ²⁴ DONZELOT, Jacques, op. cit., p. 49.
- ²⁵ COSTA, Jurandir Freire, op. cit., p. 157.
- ²⁶ FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 23. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1984. p. 411-2.
- ²⁷ FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 7. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1985. t. 1. p. 67.
- ²⁸ Ibidem, p. 68.
- ²⁹ FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. op. cit., p.406: nota 205.
- ³⁰ Citado por FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos. op.cit., p. 68.
- ³¹ Citado por FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. op. cit., p. 407: nota 206.
- ³² COSTA, Jurandir Freire, op. cit., p. 160.
- ³³ FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. op. cit., p.366.
- ³⁴ FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos. op.cit., p. 68.

- ³⁵ Citado por FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. op. cit., p. 370.
- ³⁶ Ibidem, p. 368.
- ³⁷ ROMERO, Silvio. Cantos populares do Brasil, Rio 1883, citado por FREYRE, Gilberto, Casa-grande & senzala, op. cit., p. 368-9.
- ³⁸ FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. op. cit., p. 371. Ver sobre a prática da cavalgadura in: CANETTI, Elias op. cit., p. 352-55.
- ³⁹ FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos. op. cit., p. 68.
- ⁴⁰ FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. op. cit., p. 421.
- ⁴¹ FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos. op. cit., p. 68.
- ⁴² FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. op. cit. p. 466: nota 24.
- ⁴³ Ibidem, p. 419-20.
- ⁴⁴ Ibidem, p. 420.
- ⁴⁵ VELOSO, Caetano. Língua. (composição musical)
- ⁴⁶ CANETTI, Elias. op. cit., p. 336-71.
- ⁴⁷ Ibidem, p. 338.
- ⁴⁸ Ibidem, p. 339-43.
- ⁴⁹ Ibidem, p. 341.
- ⁵⁰ Ibidem, p. 371.
- ⁵¹ Ibidem, p. 338.
- ⁵² BOHOSLAVSKY, Rodolfo, org. Vocacional: teoria, técnica e ideologia. São Paulo, Cortez, 1983, p. 15: nota 5.
- ⁵³ FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. op. cit. p. 324.

- ⁵⁴ JUNIOR, Alfredo Elis. Raça de gigantes, citado por Freyre, Gilberto, Casa-grande & senzala. op. cit., p.445.
- ⁵⁵ CALÓGERAS, Pandiã. Formação histórica do Brasil, citado por FREYRE, Gilberto, Casa-grande & senzala. op.cit. p. 464: nota 7.
- ⁵⁶ Citado por FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos. op. cit., p. XXXVIII.
- ⁵⁷ FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala. op. cit., p.341-2.
- ⁵⁸ Ibidem, p.344.
- ⁵⁹ Citado por FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. op. cit. p. 346.
- ⁶⁰ Ibidem, p. 347.
- ⁶¹ ARARIPE, Tristão de Alencar, op. cit., p. 20.
- ⁶² FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. op. cit., p.340.
- ⁶³ Citado por FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos.op. cit., p. 129-30.
- ⁶⁴ FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. op. cit., p.217.

CAPÍTULO V

UM NOVO DISPOSITIVO: OUÇA UM BOM CONSELHO!

Das primeiras impressões marcadas em Raul Pom -
péia em sua visita ao Ateneu, a narrativa pungente feita
por Aristarco dos seus serviços à causa da instrução:

"Trinta anos de tentativas e resultados, es
clarecendo como um farol diversas gerações
agora influentes no destino do país! E as
reformas futuras? Não bastava a abolição dos
castigos corporais, o que já dava uma bene-
merência passável. Era preciso a introdução
de métodos novos, supressão absoluta dos ve
xames de punição, modalidades aperfeiçoadas
no sistema das recompensas, ajeitação dos
trabalhos, de maneira que seja a escola um
paraíso, adoção de normas desconhecidas cuja
eficácia ele pressentia, perspicaz como as
águias. Ele havia de criar... a transforma-
ção moral da sociedade!¹ (grifos meus)

Data de 1836 um discurso no campo da prática mé-
dica registrado em tese por Figueiredo Jaime², onde ele li-
bera a noção de uma "medicina moral".

Argüindo da competência deste saber - do que po-
de este saber - para julgar aqueles hábitos que então se-
riam classificados como úteis ou nocivos, com a certeza ci-
entífica para prescrevê-los, indica como correlato do "ins-
tinto de propagação" - suporte biológico - "a paixão impe-
tuosa da alma de um para o outro sexo".

Colocada a alma como "sede das paixões" ela esta-
ria sensível e vulnerável aos seus possíveis "efeitos mor-
bíficos". Donde a exigência de uma orientação e uma aten-
ção aos pequenos deslizes nas trajetórias das paixões.

"As paixões (as propensões, as inclinações,

os desejos) bem dirigidos produzem as grandes ações, as grandes virtudes, e os grandes heróis."3 (grifo meu)

"O amor à pátria" era nesta linha um dos "afetos d'alma" destacados na categoria de exemplar.

Assim, se antes, nos tempos coloniais, o que ameaçava a alma pecadora era a justiça familiar e a perda da benção da graça divina, agora a alma apaixonada corre o risco da enfermidade do seu corpo, da deteriorização da sua saúde, se desobedecer às regras médicas.

Se outras vozes se anunciam - a do pedagogo moderno e a do médico -, falando a partir de outros pontos de vista e na posição de discursos autorizados - "táticas loquazes" -, trata-se aqui de adotar outra chave de interpretação histórica, perseguindo os novos efeitos recíprocos de poder e saber que engendram.

Indica-nos M. Foucault que:

"É o fato do poder encarregar-se da vida, mais do que a ameaça da morte, que lhe dá acesso ao corpo."4

De sua produtividade tática a implicação de uma mecânica com procedimentos que funcionam não pelo direito, mas por técnicas minuciosas de controle, mais do que pelo castigo. Uma tecnologia de sujeição própria que, embora possa incluir em sua tática o momento repressivo, não deve simplesmente condenar ou tolerar, mais gerir, fazendo funcionar os corpos segundo um padrão-ótimo.

Este "bio-poder", um tipo de poder que se exerce positivamente sobre a vida, é destinado

"... a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las, mais do que barrá-las, do brá-las ou destruí-las. Com isso o direito de morte tenderá a se deslocar ou, pelo menos, a se apoiar nas exigências de um poder que gere a vida."5

Conclui M. Foucault:

"... sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção..."6

No acionamento desta nova tecnologia de sujeição, dois eixos se articulam como instrumentos de moralização: as disciplinas do corpo e as práticas de higienização, condição de suporte às manobras estratégicas de investimento sobre a vida.

Se,

"Agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação"7,

interessa investigar a vontade que conduz os discursos, entendendo-os como "blocos táticos no campo das correlações de força".

Tanto o discurso do pedagogo quanto o do médico problematizam a educação e a saúde e as suas condições de funcionamento, trazendo à cena a questão da proteção da infância, efeito e instrumento de agenciamentos concretos, numa vontade de conservação e de utilização dos indivíduos.

Observa um médico da época:

"Daqui se deriva o inconcusso direito, de que se não pode por forma alguma demitir a

sociedade de exigir que os pais respeitem o futuro de sua posteridade conduzindo-a conformemente os preceitos ditados pelos sãos princípios de uma higiene racional e confirmados pela luz de uma moral esclarecida, antemurais seguros da grandeza de uma nação."⁸

No cumprimento dessa exigência impõe-se como um dos preceitos fundamentais a prescrição de um lugar especial destinado e adaptado à educação, já imunizado do contágio com os corpos escravos.

"Laboratório discreto de aperfeiçoamento de um modo de regulação social, longe dos campos saturados por antagonismos absolutos [como a família patriarcal]."⁹

A citada moral esclarecida inscreveu-se nos vínculos entre a família e a escola, foco de instigação de uma crise na identificação dos agentes etiológicos, ao mesmo tempo condição de possibilidade de novas incitações subjetivas.

"Os pais que, por complacências e amores mal entendidos, contribuíram no primeiro período da vida para a ruína do temperamento e constituição de seus filhos, continuam desgraçadamente, em nosso país, a exercer sua funesta influência sobre eles, no interior dos estabelecimentos a que foram confiados."¹⁰

Os estabelecimentos a que se refere eram os internatos, tema das preleções do Dr. Cláudio, mestre do Ateu:

"A educação não faz almas: exercita-as ... A energia ... é a herança de sangue dos capazes da moralidade, felizes na loteria do destino ... O internato é útil; a existência agita-se como a peneira do garimpeiro: o que vale mais e o que vale menos, separam-se. Os caracteres que ali triunfam, trazem ao entrar o passaporte do sucesso, como os que se perdem, a marca da condenação."¹¹ (grifos meus)

Na falação do Dr. Cláudio, a exigência de encarregar-se em sua tarefa de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. Trata-se de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade.

"Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida."12

A prescrição médica da boa forma estendia-se à família:

"Mas então será preciso dar aos pais uma instrução particular sobre o que devem fazer para não contrariarem o sistema de educação que se segue."13

Através da figura do conselheiro médico da família o funcionamento de novos dispositivos: a norma higienista - prática preservadora em oposição à repressão destruidora - e o conselho, que na sua eficácia apresenta-se não mais como uma ordem - antigo estilo do poder de soberania. Por que não aceitá-lo, já que não é uma ordem?

É o que se passa em cena:

"Domingos João: Escute. No ano passado comprei um sítio à José Pinote por quatro doblas, pra pagar duas doblas no fim de seis meses, e duas no fim do ano. Ora, quando ele vendeu-me o sítio, disse-me que tinha cinquenta braças de testada e cem de fundos; porém, eu mandei medir pelo piloto e este só achou quarenta de testada e oitenta de fundos. Agora, quero que me diga se eu devo ou não pagar as quatro doblas por inteiro, entende o senhor?

Juca: Mas eu não posso lhe dizer isto, porque não sou formado em leis.

Domingos João: Pois o senhor não é doutor?

Juca: Sim, porém eu estudo medicina para curar doentes, e não para ser letrado.

Domingos João: Então não é doutor, é licen

ciado. Ora, que doutor que não sabe dar um conselho!"¹⁴ (grifos meus)

Na instauração desse novo dispositivo o rito da confissão emigrou do sacramento da penitência para a pedagogia, para a medicina e a psiquiatria, reinscrevendo-se o procedimento da confissão num campo de observações cientificamente aceitáveis e vinculando a velha injunção desta prática aos métodos da escuta clínica.

A figura do médico de família sobrepujou-se a do confessor espiritual na escuta das dores e das intimidades do corpo, efeitos agora recodificados na forma de operações terapêuticas e colocados no regime do normal e patológico.

Recorda-se G. Freyre do anedotário de maridos enganados que

"... a figura do padre donjuan foi sendo substituída pela do médico. De mais de um médico foram aparecendo histórias... em alcovas ou sofás patriarcais."¹⁵ (grifo meu)

Enquanto aquele que escuta é dono do perdão ou a aquele que decide, o juiz que condena ou isenta, o "fazer falar" está sob o registro da culpa e do pecado, do excesso ou da transgressão. Agora, sua função é hermenêutica.

"... constituir, através dela (a confissão) e de sua decifração (um sinal a ser interpretado, não mais uma prova) um discurso de verdade."¹⁶

O problema da moralidade e da higiene sexual nos internatos constituiu-se como centro de uma preocupação nosográfica própria (a do instinto, das tendências, das ima-

gens, do prazer e da conduta), aparecendo como um campo de alta fragilidade patológica.

É citada por G. Freyre a advertência alarmante feita pelo médico Frutuoso Pinto da Silva, a pais, mestres e censores - indivíduo encarregado, nos colégios, da disciplina e da fiscalização das bancas de estudo - dos perigos do onanismo e da pederastia.

"A pederastia, escreveu Pinto da Silva, nesse seu ensaio de 1864, parece ir com passo sorrateiro fazendo suas perniciosas conquistas no meio da mocidade dos colégios."¹⁷

Este mesmo clima de terror foi relatado no caso de um menino:

"Entrou neste ano para o hospital da Santa Casa da Misericórdia um menino epiléptico e já idiota pelos efeitos do onanismo; sua face estampava o vício e o padecer; teria ao muito doze anos; seu corpo era franzino e atrofiado, mas os órgãos genitais eram prodigiosos e tão completamente desenvolvidos como se fossem de um homem."¹⁸

O século XIX, segundo tese de M. Foucault, desloca a confissão ao integrá-la a um projeto de discurso científico.

"... ela não tende mais a tratar somente daquilo que o sujeito gostaria de esconder, porém daquilo que se esconde ao próprio sujeito e que só se pode revelar progressivamente... O princípio de uma latência essencial ... permite articular a coerção de uma confissão difícil a uma prática científica".¹⁹
(grifo meu)

Assim o objeto de desonra, agora fator patogênico, deriva do campo do visível para o campo do dizível tornando necessária uma intervenção médica de extração já que

ele se esconde num funcionamento obscuro, sendo seu poder causal, em parte, também clandestino.

A este respeito, um médico oferecia um manual de combate aos pequenos masturbadores:

"Todos os meios de investigação deverão ser postos em prática a fim de surpreender-se o segredo em geral difícil de ser ocultado aos olhos do observador perspicaz, e, descoberto este, restará empregar os meios que a razão nos dita e que a ciência nos aconselha...; nestas investigações porém deve reinar a maior circunspecção, para que se não vá despertar em uma alma cândida e pura a idéia de um desvario a que até então tenha sido inteiramente estranha... perscrutar-se-á também as suas disposições morais por meio de questões astuciosamente redigidas...

[Dentre as regras por ele preconizadas]:-repartir completa separação de idades; punir o culpado repreendendo-o asperamente, ou segundo a gravidade do crime, expelindo-o do colégio; medicá-lo se carecer dos socorros da arte."²⁰ (grifos meus)

A natureza da infração recodificada medicamente como "falta" ou "falha" corresponderia numa criminalística a um crime de lesa-razão, sendo a vítima o próprio sujeito.

Na posição de legislador - sujeito psicológico - a criança demonstrava-se incompetente porque embora não se desse conta estava fazendo mal a ela mesma.

No marco de valorização da vida biológico-moral da criança, uma linha de mutação da família que começa por um desvio, uma linha de crítica ou de ataque às amas de leite apontando-as como elementos patógenos. Denuncia-se uma higiene privada defeituosa cuja correção fai-se-ia na direção dos cuidados dos pais quanto ao destino da prole.

A perfusão de novas exigências sanitárias e educativas implicou no enfrentamento do seguinte problema:

"De que maneira destituir a família de uma parte de seus antigos poderes, principalmente sobre o destino da prole, sem com isso anulá-la a ponto de não poder atribuir-lhe novas tarefas educacionais e sanitárias?"²¹

Na edição de normas sanitárias e educativas, o princípio de legitimação da ação médica na conquista de um mercado, monopolizado até então por práticas e agentes de uma medicina caseira.

Os principais pontos de confrontação são: o vestuário das crianças e a amamentação materna.

A deformação do corpo pelo vestuário, particularmente pelo espartilho, e a prática do enfaixe dos bebês foram incansavelmente denunciados.

Repetidos elogios são feitos à amamentação materna visando naturalizar esta função e ao mesmo tempo imprimir lições de moral materna.

"... nunca as baleias, as leoas, as pantes recusaram as mamas a seus filhos; isto estava reservado à mulher."²² (grifo meu)

Fundando neste campo um território de prazer os afetos aí se articulavam.

"Não é tão somente necessário uma ação especial da vida para a formação do leite, é preciso um estímulo para que entretenha sua secreção e excreção... A criança favorece esta disposição por excitamentos proporcionados à sensibilidade da parte... A natureza providente, teve a sabedoria de colocar o prazer onde o exercício de uma função é indispensável à vida..."²³ (grifos meus)

Além do que, o aleitamento materno'

"... estreitava os laços da família e trazia a alegria ao lar doméstico."²⁴ (grifo meu)

Ao majorar a autoridade civil da mãe, o médico lhe fornece um status social: a promoção da mulher como mãe, como educadora e auxiliar médica.

Posição defendida de forma categórica pelo Monse^unhor Joaquim Pinto de Campos em carta dirigida ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Negócios Eclesiásticos e publicada em 1861.

"A mulher pode e deve ser o grande instrumento de regeneração; mas para isto cumpe substituir sua posição atual de ídolo doméstico ou máquina reprodutora. Uma nação é um agregado de famílias; lar doméstico é a mulher."²⁵

Teses médicas apressaram-se em autenticar, difundindo que

"... o cérebro do homem capacitava-o para as profissões intelectuais, enquanto o da mulher só lhe permitia exercer atividades domésticas."²⁶

Traços em croqui, esboço de uma figura que passamos a reconhecer como a "rainha do lar".

Todos esses pequenos focos de luta organizam-se num investimento de uma vontade de conservação em torno de um "alvo estratégico":

"liberar ao máximo a criança de todas as constrições, de tudo que entrave sua liberdade de movimentos, o exercício do corpo, de modo a facilitar o mais possível o crescimento de suas forças, protegê-la ao máximo dos contatos que possam ferí-la (perigo físico)

ou depravá-la (perigos morais, das histórias de fantasmas ao rapto sexual), portanto de desviá-las da linha reta de seu desenvolvimento."²⁷ (grifos meus)

Através da ação médica, a casa de família, agora lar doméstico, ganha a aparência de uma estufa aquecida contra as influências exteriores.

Na expressão de Raul Pompéia

"... o aconchego placentário da dieta caseira..."

A criança agora um ser, matriz em evolução, articula-se a um território de afetos, condição de etapa biológico-moral no desenvolvimento do adulto. Noções de evolução, diferenciação e gradação, heterogeneidade e continuidade, forjam os elos que unem a cadeia de gerações.

A terra como campo de afecção está destinada ao desuso. A nova configuração caleidoscópica mostra a família como um território latifundiário de afetos. Na relação mãe-criança o germe de um novo modo de subjetivação: o sentimento de família. Berço que veio embalar os edipianos.

Conforme P. Ariès, os filhos passam a "devedor do amor dos pais".

Este dispositivo familiar é o resultado estratégico de uma série de intervenções que fazem funcionar a família como elemento tático com a possibilidade de nela ancorar os mecanismos de integração social.

"Sua força reside numa arquitetura social, cujo princípio é o de sempre associar uma

intervenção exterior a conflitos ou dife -
renças de potencial no interior da família;
... aliança privilegiada entre o médico e
o educador com a mulher, para desenvolver
os procedimentos de promoção escolar, etc."²⁸
 (grifo meu)

A relação que se estabelecerá entre a família e a escola será uma relação de sedução. Onde, a cumplicidade sentimental da família e a importância da escolarização formulada numa demanda, são o mesmo fenômeno.

Neste cenário, imagens se sucedem.

No centro, Raul Pompéia, um menino de onze anos, dizendo "das ilusões de criança educada exoticamente na es
tufa de carinho que é o regímen do amor doméstico":

"diferente do que se encontra fora, tão di
 ferente, que parece o poema dos cuidados
maternos um artifício sentimental, com a
vantagem única de fazer mais sensível à cria
tura a impressão rude do primeiro ensina -
mento, tẽmpera brusca da vitalidade na in
fluência de um novo clima rigoroso."²⁹ (gri
 fo meu)

Pedagogos tomavam seu lugar em cena.

"Dr. Cláudio: - Ilustrar o espírito é pou
 co; temperar o caráter é tudo. É preciso que
cheque um dia a desilusão do carinho domes
tico. Toda a vantagem em que se realize o
 mais cedo..."³⁰ (grifo meu)

Interrompeu Aristarco, apoderando-se da palavra:

"Demais, o meu colégio é apenas maior que
 o lar doméstico. O amor não é precisamente
 o mesmo, mas os cuidados de vigilância são
mais ativos. Se adoecem (as crianças) e a
 família está fora, não os confio a um cor
 respondente... Trato-as aqui em minha ca -
 sa. Minha senhora é enfermeira."³¹ (grifos
 meus)

Na voz do conselheiro médico o aval decisivo com

a garantia do pressuposto higienista de que "o homem bem definido é um animal de hábitos":

"Há uma lei animal segundo a qual os atos repetidos regularmente tendem a reproduzir - se mesmo quando tem cessado o estímulo exterior ou interior. É a lei do hábito, que se completa pela lei do aperfeiçoamento, quando a reprodução é bem regradada... Aproveitar as primeiras épocas da vida em que é mais fácil amoldar essa cera mole, como já o disse alguém, aos atos, é um grande passo para o fim a que se propõe a educação."32 (grifos meus).

Lembro Nietzsche quando falava da vitória da memória, e dos agulhões que se incrustam, pensado por E. Cannetti.

Dr. Cláudio fez questão de fechar a cena:

"...cumpra que os generosos ardores da alma primitiva e ingênua se disciplinem na desilusão crua e prematura, que nunca é cedo para sentir que o futuro importa em mais que flunar facilmente, mãos às costas, frente às nuvens, através das praças desimpedidas da república de Platão."33 (grifos meus)

No palco agora ergue-se, numa disposição detalhada das peças, a cena do internato, e os novos efeitos cênicos se fazem sentir.

Apruma-se Raul Pompéia, exclamando:

"O internato! ... o momento de se definir minha individualidade." "Porque parece que às fisionomias do caráter chegamos por tentativas, semelhante a um estatuário que amoldasse a carne no próprio rosto, segundo a plástica de um ideal; ou porque a individualidade moral a manifestar-se, ensaia primeiro o vestuário no sortimento psicológico das manifestações possíveis."34 (grifos meus)

A construção de uma figura estereométrica com a correção dos desvios indisciplinados da puberdade, quali -

ficaria o "verdadeiro corpo". Não mais desperdiçar "sua futura substância", mas através de técnicas disciplinares e normativas, marcar a eficácia de seu valor diferencial.

Na figura histórica do adolescente que aí se esboça como personagem higiênico por excelência, fica "nietzschido" que "a utilidade de uma coisa depende da força que se apodera dela". Observo que a "dita coisa" só é "coisa" para uma prática que a objetiva enquanto tal.

As identidades estatutárias correspondia como correlato a "verdadeira saúde", chave do sucesso pessoal e familiar.

Da festa de encerramento dos trabalhos no Ate-neu, "a sedução do espetáculo de exibição dos exercícios ginásticos" - a economia e eficácia dos movimentos coordenados.

"... um triunfo espetaculoso da saúde, da força, da mocidade. ... um militarismo brilhante, aparelhado para as campanhas da ciência e do bem."³⁵

O pressuposto é que um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente, como também, o máximo de rapidez encontra o máximo de eficiência.

Lembro E. Canetti e me pergunto: como os aguilhões poderão ser eliminados como um simples gesto, já detalhadamente esquadrinhado?

Na voz do mestre Venâncio, o modelo da moral exemplar:

"O mestre..., é o prolongamento do amor pa

terno, é o complemento da ternura das mães, o guia zeloso dos primeiros passos, na senda escabrosa que vai às conquistas do saber e da moralidade...; a sua lição prudente esclarece-nos a jornada inteira do futuro...; o mestre, com o amor forte que ensina e corrige, prepara-nos para a segurança íntima inapreciável da vontade."³⁶ (grifos meus)

Nos operadores desse bio-poder, que visa maximizar a vida em sua correlação com um corpo dócil, a condição de possibilidade das reformas pedagógicas prometidas por Aristarco.

Através de um contínuo processo de vigilância exercido pela "polícia das aparições ubíquas e subitâneas" e mecanizada pelo serviço de "espionagem dos bedéis", identificava-se os pequenos infratores. Entre os alunos, alguns eram eleitos para "decurião ou vigilante" - "oficiais inferiores da milícia da casa".

No livro de registro de ocorrências a punição afirmava a sua função reguladora enquanto sanção normalizadora.

Lavrava-se no dizer de Raul Pompéia "o contágio da convicção":

"... o condenado, sem mais uma sugestão de revolta, achava aquilo justo e baixava a cabeça."³⁷

O sistema das punições morais justificava-se medicamente pela

"... necessidade que há de não avezarmos o espírito a mover-se cegamente pelas investigações da matéria, de não fazermos depender unicamente dos sentidos a direção dos nossos afetos e paixões... Tenho fé bastante na nobreza do coração humano para afirmar que os castigos que

falam diretamente à alma, quando manejados com discernimento, têm mais subida influência sobre a sua maneira de obrar, do que aqueles que só falam à pele e às orelhas. ... para que dotou-os a natureza com o dom da razão e da consciência, de que nos serve... o remorso, senão para servir-nos de guia no escabroso caminho das nossas inclinações?"³⁸ (grifos meus)

No acoplamento a esses operadores do procedimento do exame, ajusta-se a eficácia tecnológica.

Conta-nos Raul Pompéia:

"A mais terrível das instituições do Ateneu... não era ainda a cafua, asilo das trevas e do soluço, sanção das culpas enormes. Era o Livro das notas."³⁹ (grifos meus)

A partir de um registro diário feito pelos professores - agentes normativos - das observações relativas à diligência dos seus discípulos, lavrava-se a "sentença catedrática", sempre seguida de um conselho. Formulado o veredicto, concluía-se pelas "tarefas penais", como a da escrita de tantas páginas quanto fosse o grau de defeito verificado.

Num processo de recompensas premiava-se o aluno com saídas extraordinárias:

"A cada lição julgada boa, o professor assina um papelucho amarelo, bom ponto, e entregava ao distinto. Dez prêmios destes equivaliam a um cartão impresso, boa nota... Com tal diploma (equivalente a um baralho de dez cartões de boa nota) era o estudante candidato à condecoração final de uma medalha, de prata ou de ouro, conforme fosse mais ou menos ótimo nos diversos superlativos do merecimento escolar."⁴⁰ (grifo meu)

Na atuação da norma a exigência de qualificar, medir, avaliar e hierarquizar enfim, de operar distribui-

ções em torno da norma.

A tecnologia do poder disciplinar toma o corpo humano não mais para supliciá-lo, mas para aprimorá-lo e a destrá-lo.

A retórica de Raul Pompéia deixa transparente que a instituição judiciária se integra cada vez mais num conjunto de aparelhos, no caso o aparelho escolar, cujas funções são sobretudo reguladoras.

Na ordem da norma a prática dos agentes normativos. O que agora anuncia-se na ordem da lei?

"A Câmara dos deputados, simpatizando pouco com a supremacia de um Senado, cujos membros fossem criados sem atenção alguma a respeito de seus talentos e habilitações, decidiu-se em anular completamente as leis em questão [referência especial à extinção do morgadio - 1835 - e às freqüentes concessões de títulos que se davam aos descendentes da aristocracia rural], convencida de que sem elas nenhuma instituição hereditária poderia existir."⁴¹ (grifo meu)

Nas palavras de Pedro Calmon, a lei de 6.10.1835, que extinguiu morgados e capelas, foi

"um golpe vibrado na velha nobreza territorial em nome do Direito Civil."⁴²

A preocupação genealógica se inscreverá agora no regime da descendência: o dever moral e a obrigação de conservar para sua família e sua classe uma descendência sadia.

O inquietar-se com o legado implica a observância das regras higiênicas sobre a higiene do corpo, a arte da longevidade, os métodos para ter filhos de boa saúde e

para mantê-los em vida durante o maior tempo possível, enfim, processos para melhorar a descendência humana.

Conclui M. Foucault por um "racismo de expansão" - diferente do racismo conservador na oposição ao negro - "em estado embrionário, tendo que esperar até o século XX para dar os frutos que acabamos provando."

Considerando-se o que ele chama de "bio-político", observa brilhantemente J. Donzelot, que evita-se

"essa clivagem infinita entre política e psicologia."⁴³

Senão, vejamos.

"Agora que a nossa Câmara Municipal, livre dos tropeços de um governo absoluto, deseja ilustrar-se sobre o que é conveniente à melhor saúde do seu município, recorrendo à nossa sociedade e adotando os conselhos que a benfazeja medicina daqui lhes envia; agora que o transcendente sete de abril nos criou um governo verdadeiramente nacional, que circulando pela lei não pode irradiar-se do centro de suas utilidades, e iluminado pelo luzeiro do séc. XIX, que o braço da liberdade já conserva elevado sobre o mundo, tem de montar a máquina política, extrair-lhe a ferrugem do despotismo e fazê-la mover com força no sentido de vossa futura prosperidade; como os preceitos higiênicos têm uma influência direta e positiva no desenvolvimento dos movimentos desta máquina eles não poderiam deixar de ser hoje tomados em bastante consideração; pois, cooperando para que o homem se assegure na posse da saúde e vigor, eles alongam os limites de sua existência, tornam mais ampla a sua reprodução, e dão mais atividade e retidão à sua moral, donde provém aumento da longevidade, acréscimo da população, melhora dos costumes privados e da moral pública."⁴⁴

E indica-nos M. Foucault:

"A família como modelo de governo vai desaparecer. Em compensação, o que se constitui

nesse momento é a família como elemento no interior da população e como instrumento fundamental... segmento privilegiado."⁴⁵ (grifos meus)

O problema do governo da população - "governo a través da família" - é o de "dispor as coisas", com a implicação da invenção de táticas e técnicas absolutamente novas que permitirão por exemplo, "dirigir para uma região ou para uma determinada atividade os fluxos da população."

"... a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação aquilo que se quer que ela faça."⁴⁶ (grifos meus)

Abre-se mais uma vez a cortina do palco. Iluminado, o campo de visibilidade ofusca a sua inteligibilidade, pois o visível nada mais é do que a projeção dos invisíveis bastidores, como a imperceptível trama do bicho cupim.

Vozes dos orientandos adolescentes apresentam-se na cena cotidiana do séc. XX:

"Já sei que vocês não vão nos dizer que curso escolher, mas ao menos dêem-nos um conselho e cada um aceite o que puder."

"Procuramos um guia, não qualquer um, mas alguém cientificamente preparado."

"Quero ser analisado por um entendido que me dê idéias .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS (CAPÍTULO V)

¹POMPÉIA, Raul, op. cit. p. 33.

Nota: Abílio Borges era tido no século XIX como um modernizador das técnicas de ensino. Em seu mais famoso livro, Lei nova do ensino infantil, publicado em 1884, ele pregava a abolição dos castigos corporais e do exercício de leitura pelos autos do cartório, até então correntes no Brasil.

²JAIME, Manoel Ignacio Figueiredo. Consideração sobre as paixões e affectos d'alma em geral, e em particular sobre o amor, amizade, gratidão e amor à pátria. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1836, citada por COSTA, Jurandir Freire, op. cit., p. 64-7.

³Ibidem, p. 65.

⁴FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. op. cit., p. 134.

⁵Ibidem, p. 128.

⁶Ibidem, p. 132.

⁷Ibidem, p. 136.

⁸MELLO, Joaquim Pedro de. Generalidades acerca da educação física dos meninos, Tese. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1846, citada por COSTA, Jurandir Freire, op. cit. p. 70.

⁹DONZELOT, Jacques, op. cit. p. 179.

¹⁰MAFRA, Joaquim José de Oliveira. Esboço de uma higiene de colégios aplicável aos nossos: regras principais, tendentes à conservação da saúde, a ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais, segundo as quais se devem reger os nossos colégios. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1855, citada por COSTA, Jurandir Freire, op. cit. p. 171.

- ¹¹POMPEIA, Raul, op. cit. p. 182-3.
- ¹²FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. op. cit., p. 135.
- ¹³CUNHA, Balbino Candido da. Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos; regras principais tendentes a conservação da saúde e ao desenvolvimento das forças físicas e intelectuais segundo os quais se devem regular os nossos colégios. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1854, citado por COSTA, Jurandir Freire, op. cit. p. 173.
- ¹⁴PENNA, Martins. A família e a festa na roça, in Comédias. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s.d., citado por COSTA, Jurandir Freire, op. cit., p. 77.
- ¹⁵FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos. op. cit., p. 121.
- ¹⁶FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. op. cit., p. 66.
- ¹⁷FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. op. cit., p. 418.
- ¹⁸SÁ, Miguel Antonio Heredia de. Algumas reflexões sobre a cópula, onanismo e prostituição do Rio de Janeiro. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1845, citado por COSTA, Jurandir Freire, op. cit., p. 188.
- ¹⁹FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. op. cit., p. 65.
- ²⁰ANDRADA JUNIOR, José Bonifácio Caldeira de. Esboço de uma higiene dos colégios aplicável aos nossos. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1855, citado por COSTA, Jurandir Freire, op. cit., p. 189-90.
- ²¹DONZELOT, Jacques, op. cit., p. 179.
- ²²MEIRELLES, Zeferino Justino da Silva. Breves considerações sobre as vantagens do aleitamento materno. Tese, Fa-

culdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1847, citado por COSTA, Jurandir Freire, op. cit., p. 257.

²³ Ibidem, p. 263-4.

²⁴ REIS, Celso Eugênio dos. Do aleitamento natural, artificial e misto em geral e, em particular, do mercenário em relação às condições da cidade do Rio de Janeiro, 1874, citado por COSTA, Jurandir Freire, op. cit., p. 261.

²⁵ Citado por FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos. op. cit. p. 115.

²⁶ COSTA, Jurandir Freire, op. cit. p. 14.

²⁷ DONZELOT, Jacques, op. cit., p. 24.

²⁸ Ibidem, p. 88.

²⁹ POMPÊIA, Raul, op. cit., p. 21.

³⁰ Ibidem, p. 182.

³¹ Ibidem, p. 33.

³² BARBOSA, Adolpho Alves Simões. Higiene da primeira infância. Tese, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1882, citado por COSTA, Jurandir Freire, op. cit., p. 174.

³³ POMPÊIA, Raul, op. cit. p. 183.

³⁴ Ibidem, p. 22 e 89.

³⁵ Ibidem, p. 25 e 28.

³⁶ Ibidem, p. 26.

³⁷ Ibidem, p. 68.

³⁸ ANDRADA JUNIOR, José Bonifácio Caldeira de. op. cit., citado por COSTA, Jurandir Freire, op. cit., p. 199-200.

³⁹ POMPÊIA, Raul, op. cit., p. 67.

⁴⁰POMPÉIA, Raul, op, cit., p. 88.

⁴¹LEAL, Victor Nunes, op. cit., p. 54: nota 55.

⁴²CALMON, Pedro. História do Brasil, v. 4, citado por LEAL, Victor Nunes, op. cit., p. 54: nota 55.

⁴³DONZELOT, Jacques, op. cit. p. 12.

⁴⁴Relatório da Comissão de Salubridade Geral da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, sobre as causas da infecção da atmosfera da Corte, aprovado pela mesma Sociedade em 7 de dezembro de 1831, citado por COSTA, Jurandir Freire, op.cit., p. 210-11.

⁴⁵FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: _____. Microfísica do poder, op. cit., p. 288-9.

⁴⁶Ibidem, p. 289.

CONCLUSÃO

O que pode concluir um contador de histórias - de uma história que não tem início (Era uma vez uma primeira manhã...), nem um fim conduzido por algum mensageiro? Mas, inumeráveis começos, uma multiplicidade de configurações caledoscópicas, onde tudo está entrelaçado com tudo.

De que trata a história? Da vontade dos investigadores do futuro. Que futuro, se cada acontecimento revelar-se-á ao produzir-se?

O que quer um contador de histórias? Tentar apaixonar os seus ouvintes; tocá-los com a aventura de suas viagens. Contar as práticas dos arqueiros, falar das aves de rapina... Fazê-los, talvez, entender uma "analítica" do vocacional: o trabalhar no domínio específico formado pelas relações de poder, buscando determinar os instrumentos que permitem analisá-lo..

O que pode um contador de histórias? Parece que o exercício de uma força guerreira com o apetite do bicho cupim.

Uma flecha lançada ao ar, traz uma notícia:

"No momento da Páscoa de 1976, um obscuro detento de uma prisão de província morreu em consequência de uma longa greve de fome que ele fez porque, em seu prontuário judicial sô se registrara suas falhas, seus desvios da norma, sua infância infeliz, sua instabilidade conjugal, e não suas tentativas, suas buscas, o encadeamento aleatório de sua vida. Foi, ao que parece, a primeira vez que uma greve de fome resultou em morte numa prisão; a primeira vez, também, que foi feita por motivo tão extravagante."

Poderíamos encerrar perguntando...

Ou, ... e quem quiser que conte outra ...; e que outras histórias se inventem.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Manuel Maurício de. Pequena história da formação social brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1981, 728 p.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. Pater-famílias no Brasil nos tempos coloniais: memória lida em sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 4 de setembro de 1880. Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, 55: 15-23. xerox
- ARIËS, Philippe. História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981. 279 p.
- BAPTISTA, Luis Antonio dos S. Algumas histórias sobre a fábrica de interiores. São Paulo. Universidade de São Paulo, 1987. Tese de doutorado.
- BERGSON, Henri. O pensamento e o movente. In: _____. Cartas, conferências e outros escritos. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1984. p. 99-112. (Os Pensadores).
- BOHOSLAVSKY, Rodolfo. Orientação vocacional: a estratégia clínica. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1980. 221 p.
- BOHOSLAVSKY, Rodolfo, org. Vocacional: teoria, técnica e ideologia. São Paulo, Cortez, 1983. 142 p.
- CANETTI, Elias. Massa e poder. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos; (Brasília): Ed. Universidade de Brasília, 1983. 531 p.
- CHATELET, François. Platão. Portugal, Rê, s. d. 181 p.
- CLASTRES, Pierre. A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. 2. ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1982. 152 p.

- COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro, Graal, 1983. 282 p.
- DELEUZE, Gilles. Para ler Kant. 2. ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976. 98 p.
- DONZELOT, Jacques. A polícia das famílias. Rio de Janeiro, Graal, 1980. 209 p.
- FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. 3. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1980. 152 p.
- _____. Microfísica do poder. 3. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1982. 295 p.
- _____. A verdade e as formas jurídicas. Cadernos da PUC, Rio de Janeiro, jun. 1974. p. 83-102. (Letras e Artes n. 16).
- _____. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1983. 217 p.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 23. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1984. 573 p.
- _____. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarca do rural e desenvolvimento do urbano. 7. ed. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1985. t. 1. 351 p.
- GUIRADO, Marlene. Menor: o grande excluído. Psicologia ciência e profissão. Brasília, Conselho Federal de Psicologia, 4(1): 35-8, 1984.
- HADDAD, Amir. Minha opção foi pela liberdade. Jornal Psi, Rio de Janeiro, CPS - Centro de Psicologia Social, 3(12): jul. 1983.
- LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo, Alfa-Omega, 1986. 276 p.

MARX, Karl. O Capital. 9. ed., São Paulo, 1984, livro 1, v. 1, 579 p.

NIETZSCHE, Frederico. A genealogia da moral. 4. ed. Lisboa, Guimarães & Cia. Editores, 1983. 155 p.

_____. Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral. In: _____. Obras incompletas. 3. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1983. p. 43-52. (Os Pensadores).

PLATÃO. A República; Diálogos III. Rio de Janeiro, Tecnoprint, s. d. 281 p. (Coleção Universidade de Bolso).

POMPÉIA, Raul. O Ateneu. [9a. ed.] Rio de Janeiro, F. Alves, 1976. 210 p.

REZENDE, João Batista. Acerca do surgimento do hospital. Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, abr. 1986. Tese de mestrado.

SOLIS, Sidney Sérgio F. & RIBEIRO, Marcus Vinício T. O Rio onde o sol não brilha: acumulação e pobreza na transição para o capitalismo. Revista Rio de Janeiro, Niterói, UFF. Departamento de História, 1 (1): 45-59, set./dez. 1985.

TOURNIER, Michel. Sexta-feira ou Os limbos do Pacífico. São Paulo, Difel, 1985. 249 p.

VERNANT, Jean Pierre & VIDAL-NAQUET, Pierre. Mito e Tragédia na Grécia antiga. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1988. 195 p.

VEYNE, Paul Marie. Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história. Brasília, UnB, 1982. 198 p.

Dissertação apresentada aos Srs.:

Esther Maria de M. Arantes

Esther Maria de M. Arantes

Nome dos

Componentes da

banca examinadora

Luis Antonio dos S. Batista

Luis Antonio dos S. Batista

Maria Lucia do Eirado

Maria Lucia do Eirado
(Orientadora)

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 10 / 01 / 1989

Newton Louzada

Coordenador Geral de Ensino

Maurício Leite Calazans

Coordenador Geral de Pesquisa